



motiva



Demonstrações Financeiras 2025



Desempenhos e Estratégias Financeiras 2025

Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. - CNPJ 02.846.056/0001-97

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

Em nome do Conselho de Administração, é com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Motiva S.A., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. Gostariamos de expressar os nossos agradecimentos aos clientes, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços, a todos os colaboradores da Motiva e demais *stakeholders*.

1.2. Apresentação

A Motiva é a *holding* que, com base em seu objeto social, está apta a atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além dos setores de infraestruturas metroferroviárias, aeroportuárias, telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades. A atividade principal da Motiva é a concessão de Rodovias Federais, Rodovias Estaduais, Rodovias Federais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, controlando, individualmente ou em conjunto, 12 concessões de rodovias. Além disso, administramos 5 concessões de mobilidade urbana localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, e até a conclusão da transação anunciada em 18 de novembro, a Companhia mantém a gestão de 20 aeroportos, sendo 17 deles no Brasil, em diversos Estados, e 3 deles no exterior, em Quito (Equador), San José (Costa Rica) e em Cuiabá (Mato Grosso do Sul). Todos como ativos materiais para venda. As empresas nas quais a Motiva atualmente detém participação, direta ou indireta, estão listadas nas notas explicativas n.º 1 e 12 das Demonstrações Financeiras.

A Companhia tem como objetivo o crescimento qualificado de sua base de ativos, abrangendo as diversas concessões conquistadas nos últimos anos em todos os modais em que opera. Além disso, visando à expansão, a Motiva pretende analisar oportunidades de mercado que atendam aos critérios de retorno mínimo exigido e que gerem valor para a Companhia. Adicionalmente, será considerada a viabilidade de otimizar o atual portfólio por meio de estratégias de realce.

1.3. Destaques do ano de 2025

Em 20 de janeiro de 2025, a Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Rota Sorocabana, no valor total de R\$ 2 bilhões, para pagamento de outorga fixa. No dia 25 de fevereiro, houve a aprovação da 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$ 2 bilhões para pagamento da 1ª emissão, alongando o prazo da dívida em 8 anos. Em 7 de fevereiro de 2025, foi assinado o contrato de concessão da Rota Sorocabana, cujo objeto consiste na exploração de diversas rodovias estaduais de SP, com 460 km, ligando São Paulo ao interior, via Sorocaba, pelo prazo de 30 anos. O início da operação ocorreu no dia 30 de março de 2025.

Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia comunicou que encerrou o contrato de concessão de Barcas, em razão do término do contrato de operação.

Em 17 de fevereiro, a Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples das PRVias, no valor total de R\$ 1 bilhão, para reforço de caixa e execução de investimentos.

Em 28 de março, foi concluída a transação celebrada entre a Companhia e a Invepar para a aquisição de participação equivalente a 4,7273% do VLT Carioca. Com a consumação da transação, a participação acionária da Motiva passou a ser de 99,90%.

Em 29 de março de 2025, a Companhia comunicou que encerrou o contrato de concessão da ViaOeste, em razão do final do seu prazo de vigência.

Em 14 de abril de 2025, foi assinado o contrato de concessão da PRVias (Lote 3), cujo objeto consiste na exploração de cinco rodovias federais totalizando 569 km, ligando Maringá e Londrina a Ponta Grossa, pelo prazo de 30 anos.

Em 23 de abril de 2025, foi aprovada a troca de razão social da Companhia para Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.

Em 22 de maio de 2025, a Companhia sagrou-se vencedora do Processo Competitivo do aditivo de modernização contratual da MSVIA, atual Motiva Pantanal.

Em 23 de maio de 2025, a Companhia aprovou a 16ª emissão de debêntures simples da Motiva, no valor total de R\$ 1,3 bilhão, para reforço de caixa.

Em 24 de maio de 2025, a Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Motiva, no valor total de R\$ 1 bilhão, para reforço de caixa.

Em 28 de junho de 2025, a PRVias iniciou a arrecadação em 5 trechos de pedágio.

Em 4 de julho de 2025, a Companhia aprovou a 16ª emissão de debêntures simples da AutoBAn, no valor total de R\$ 2,5 bilhões, para *liquidity management*.

Em 4 de julho de 2025, houve a assinatura do Termo Aditivo na SPVias, que resultou na extensão de prazo do contrato de concessão em 73 dias.

Em 1º de agosto de 2025, a Companhia assinou o aditivo de modernização do contrato da Motiva Pantanal.

Em 26 de setembro de 2025, houve a assinatura do Termo Aditivo na ViaQuatro, que resultou na extensão de prazo do contrato de concessão em 20 anos.

Nos dias 9 de outubro, a Companhia aprovou a 19ª emissão de debêntures simples da Motiva, no valor total de R\$ 1,8 bilhão, para reforço de caixa.

No dia 30 de outubro, a Companhia aprovou a oferta de *bonds* por sua controlada indireta em conjunto, a Corporación Quiport S.A., no valor total de US\$ 500 milhões.

Em 13 de novembro de 2025, houve a assinatura do Termo Aditivo na SPVias, que resultou na extensão de prazo do contrato de concessão em 322 dias.

Em 18 de novembro de 2025, a Companhia anunciou a celebração do contrato de compra e venda da Companhia de Participações em Concessões (CPC), com a ASUR, no montante total de R\$ 5 bilhões para a venda da Plataforma Aeroportuária.

Em 11 de dezembro de 2025, a Companhia sagrou-se vencedora do Processo Competitivo da Autopista Fernão Dias S.A., ofertando 17,05% de desconto sobre a tarifa básica de pedágio.

Em 15 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Motiva Pantanal, no valor total de R\$ 1,4 bilhão, para reforço de caixa e execução de investimentos.

1.4. Perspectivas

Em 2025, a Motiva manteve seu foco na implementação dos pilares estratégicos que orientam sua atuação - Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança em Sustentabilidade. Para 2026, a companhia seguirá orientada pela sua Ambição 2035 e permanecerá atenta a oportunidades de crescimento, preservando disciplina e foco em resultados sustentáveis no longo prazo.

Na Plataforma de Rodovias, o programa de concessões rodoviárias no Brasil segue em trajetória de expansão. Ao longo de 2025, foram realizados 14 leilões, dos quais 3 estaduais, envolvendo projetos em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Essas novas aquisições, além da diversificação dos Poderes Concedentes e adicionou mais de 8 mil quilômetros ao conjunto de rodovias concedidas no país, somando R\$ 49 bilhões em investimentos previstos, conforme dados dos editais.

Segundo informações públicas¹, encontram-se em andamento 18 processos relacionados a novas licitações ou otimizações contratuais, envolvendo rodovias federais e estaduais, incluindo projetos com estimativa de realização de leilão em 2026. Destes, o conjunto de projetos federais e os demais, estaduais, totalizando 10,8 mil quilômetros de extensão e aproximadamente R\$ 125 bilhões em investimentos. Nesse universo de oportunidades, a Companhia mantém foco em ativos *premium* situados em geografias estratégicas, com destaque para regiões ligadas ao agronegócio, corredores logísticos e grandes metrópoles, em linha com a estratégia de seletividade, disciplina e foco na qualidade do capital.

Nas plataformas de Trilhos, a Motiva dá continuidade ao plano de investimentos voltado à expansão de seus ativos. Em 2025, a ViaQuatro celebrou aditivo contratual com o Governo do Estado de São Paulo, contemplando investimento adicional de aproximadamente R\$ 4 bilhões para a ampliação da Linha 4 da Estação Vila Sônia até Taboão da Serra e ampliando o prazo do atual Contrato de Concessão em 20 anos. A Companhia também desenvolveu estudo para extensão da Linha 5 de Capão Redondo até Estação Jardim Ângela e está em fase final de negociação junto ao Governo do Estado de São Paulo para inclusão dos investimentos adicionais no Contrato de Concessão e respectivo regulatório contratual.

A Companhia segue atenta a novas oportunidades alinhadas à sua estratégia de crescimento focado e sinérgico, priorizando expansão dentro do atual *footprint* do portfólio. No curto prazo, essas iniciativas representam um universo de aproximadamente R\$ 60 bilhões em potenciais oportunidades, distribuídas notadamente nas regiões Sudeste e Nordeste, mantendo sua abordagem disciplinada e pautada pela seletividade e foco na alocação de capital.

Entre os principais marcos, destacamos a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 avanços de descarbonização. O estudo também serviu como principal referência para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050. (i) mudança na matriz de transportes para modais mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções *power-to-x*; e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: Relatório Coalizão Transportes - Completo.

Além disso, a Companhia participou da COP 30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Essa atuação reforça o compromisso da Motiva em contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono.

No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICE2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, registrou avanço significativo no Índice CSA (Corporate Sustainability Assessment) da S&P Global em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos principais padrões globais.

Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade, reforçando a governança e a integração dos temas ESG à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: <https://www.motiva.com.br/nossas-praticas/>.

A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas, incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes, disponíveis na seção de Governança de seu site. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade elaborado conforme as referências do International Integrated Reporting Council - Relato Integrado (IIRC), Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainable Reporting Standards Board (SRSB). A edição mais recente está disponível em: www.motiva.com.br/ess/nossas-praticas/.

2.1. Iniciativas voluntárias

A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota *frameworks* internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus objetivos de desenvolvimento sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento *Amor Meu Zero* e, em 2025, passou a integrar os movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais.

Também participa da iniciativa Liderança com InPacto, representada pelo CEO Miguel Setais como porta-voz do DDS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa.

Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e a Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável. Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia é adepta ao COP, GHG Protocol e à Science Based Targets Initiative (SBTI).

Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a Companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas International Financial Reporting Standards - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórios a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos ESG, com transparência e alinhamento às exigências internacionais.

Dessa forma, o Relatório de transição apresenta a estrutura, o conteúdo técnico e os arranjos de governança necessários para a futura adoção das normas emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) aprovadas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), a IFRS S1/CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2/CBPS 02 - Divulgações Relativas a Principais Aspectos e Destaques

2.2. Meio Ambiente - Principais ações e destaques

Na Motiva, a gestão ambiental é orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, com foco na redução de impactos negativos e na ampliação dos positivos em nossas operações e cadeia de valor. Essa premissa permeia toda a gestão dos negócios, abrangendo as plataformas de rodovias, trilhos e aeroportos, e contribuindo para a construção de uma economia de baixo carbono. Para isso, a Companhia se apoia em diretrizes corporativas, como a Política de Sustentabilidade, lançada em 2025, e a Política de Mudanças Climáticas, além de fortalecer iniciativas locais por meio do Sistema de Gestão Ambiental, um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado.

A Estratégia Climática é um tema material para a Motiva, que se destaca no setor ao divulgar planos de adaptação de seus ativos críticos. Para esse trabalho, a Motiva analisou os impactos das mudanças climáticas até 2050, considerando dois cenários: do IPCC (SSP2-4.5 e SSP3-7.0). Foram avaliados riscos físicos (ondas de calor, seca, incêndios, deslizamentos, ventos fortes, inundações e tempestades) e riscos de transição (mercado, reputacional, regulatório/legal e tecnológico). A análise abrangeu rodovias, estações ferroviárias e aeroportos, identificando concessões mais críticas e estimando impactos financeiros.

Tempestades representam a principal ameaça para todos os negócios, seguidas por inundações e deslizamentos em rodovias, e ondas de calor em trilhos e aeroportos. Em 2025, a Companhia definiu aproximadamente 5 mil projetos de adaptação para seus ativos com riscos mais críticos identificados, atingindo sua meta com três meses de antecedência.

No que se refere à mitigação das mudanças climáticas, entre 2025 e 2029, a Motiva implementará um projeto para substituir 130 veículos à diesel por motores elétricos, híbridos e movidos a etanol. Essa transição resultará em uma redução estimada de 4.734 toneladas de CO₂ no período, reforçando o compromisso com a mobilidade sustentável. Além disso, com a parte estatutária de implementação da Ambição 2035, a Motiva adquiriu créditos de carbono provenientes das Reservas Votorantim, seguindo a metodologia PSA Carbonfoot. Foram realizadas duas operações: a primeira com 67 mil créditos e a segunda com aproximadamente 27 mil créditos, garantindo rastreabilidade e integridade ambiental. Em termos de biodiversidade, a Motiva firmou parceria com a SOS Mata Atlântica para restaurar florestas nativas e promover a sustentabilidade. O projeto contempla a recuperação de áreas nas bacias do Médio Tietê e do Médio Paraíba do Sul, com o plantio de aproximadamente 40 mil árvores em 16 hectares. Além de contribuir para a biodiversidade, a iniciativa apoia a captura de carbono da atmosfera, com previsão de 2.574 toneladas de CO₂ até 2032 e 4.196 toneladas até 2035, alinhando-se à estratégia de neutralidade de carbono da empresa.

A Companhia também apoia a criação de uma unidade de conservação em Lajeado, com 1.290 hectares de restauração florestal e o plantio de 2 milhões de mudas, fortalecendo a proteção da biodiversidade e a captura de carbono. Em 2025, a Companhia reforçou seu compromisso com a sustentabilidade ao aderir à iniciativa global de proteção à biodiversidade liderada pela TNFD (*Taskforce on Nature-related Financial Disclosures*), consolidando sua atuação na gestão de riscos e oportunidades relacionadas à natureza. Essa adesão orientará a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN ou NBS - *Nature-Based Solutions*) como estratégia para compensar os impactos do negócio.

No primeiro ano, o estudo concentrou-se nas rodovias. Em 2026, será expandido para trilhos, incluindo a valoração dos impactos e a análise da cadeia de valor para ambos os modais.

A Política de Mudanças Climáticas revisada no final de 2024 e aprovada em 2025, estabelece compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações. Essa política reafirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris.

Em linha com essa estratégia, a Motiva também criou sua própria comercializadora de energia elétrica, reforçando a atuação sustentável e a descarbonização das operações.

A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos da Motiva, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

Outros destaques e informações podem ser consultados no [site: www.motiva.com.br/ess/nossas-praticas/](http://www.motiva.com.br/ess/nossas-praticas/).

2.3. Social

2.3.1 Gestão de Pessoas

A Motiva estrutura sua gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) com foco na melhoria contínua do desempenho, utilizando a Índice de Segurança (IOS) para monitorar resultados, identificar oportunidades e fortalecer a maturidade operacional com base em dados e revisões sistemáticas. A abordagem complementada pelo método de Gestão de Riscos por Camadas, que prioriza riscos críticos, controles de maior efetividade e define ações estratégicas considerando gravidade, recorrência e exposição real dos trabalhadores.

Para garantir ambientes seguros e saudáveis, a Companhia implementa controles técnicos, administrativos e comportamentais, promove capacitações e moderniza processos, assegurando conformidade com requisitos legais e programas como PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional). O compromisso inclui a eliminação de perigos na origem, fortalecimento de barreiras preventivas e respeito ao direito de recusa frente a riscos graves. A participação ativa dos trabalhadores é estimulada pelo programa Operar+Seguro, que mantém canais formais de escuta e coleta percepções da linha de frente, alimentando decisões gerenciais e planos de ação que reforçam a cultura de prevenção e compartilhada.

Atualmente, no ano 2025 a nossa Política de Segurança do Trabalho, publicada no em nosso site, tornando-a ainda mais aderente à ambição da Motiva, veja no link: <https://www.motiva.com.br/ess/governanca/>

Em 2025, mantivemos ativos os Cinco Compromissos pela Vida, abrangendo os seguintes pilares fundamentais:

- Aptidão e Treinamento;
- Permissões e Autorizações para Trabalho;
- Posicionamento e Mobilidade;
- Bloqueio e Sistemas de Proteção;
- Comunicação.

Fortalecemos nosso sistema corporativo, disponível para todas as nossas unidades de negócio, que permite que todos e qualquer pessoa nos comunique condições e atitudes inseguras, trazendo simplicidade em relatos de situações de risco.

A Motiva também ampliou sua atuação em espaços externos e institucionais relevantes, participando de fóruns e painéis sobre práticas inclusivas, sustentabilidade e equidade racial, como o Brasil Diverso e a Semana da Diversidade da ANTT, reforçando seu posicionamento público e seu compromisso com a transformação social.

Como reconhecimento desse trabalho, o Metrô Bahia e a Motiva foram certificados com o Selo de Diversidade Étnico-Racial e o Selo de Diversidade de Igualdade Racial, concedidos pelas Prefeituras de Salvador e São Paulo. As certificações reforçam os princípios da Cultura Motiva e reconhecem os avanços na promoção da equidade racial e na construção de ambientes mais diversos e inclusivos.

Ao longo do ano, também foi estruturado o Programa Impulsione - Mentoria Motiva, com edição dedicada a colaboradores negros, incluindo uma vivência presencial no Rio de Janeiro. A iniciativa conecta desenvolvimento profissional, identidade, pertencimento e história, e refletiu o amadurecimento da agenda de D&I em 2025, reforçando o compromisso da Motiva em ampliar oportunidades e fortalecer trajetórias.

Segundo as melhores práticas de governança, transparência e equidade, e também, conforme a lei n.º 15.177/2025 que modificou a Lei 6.404/76 incluindo o § 6º ao artigo 1133, a companhia informa:

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos da companhia;

Colaboradores Contratados	2024		2025	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Analistas	158	52%	147	48%
Aprendizes	148	34%	291	66%
Assistentes	47	34%	91	66%
Conselheiros	0	0%	0	0%
Consultores	13	65%	7	35%
Coordenadores	27	63%	16	37%
Diretores	7	78%	2	22%
Diretores Executivos	0	0%	1	100%
Engenheiros	3	100%	0	0%
Especialistas	90	64%	50	36%
Estagiários	52	46%	61	54%
Gerentes	20	80%	5	20%
Gerentes Executivos	8	67%	4	33%
Gestores	0	0%	0	0%
Líderes	5	45%	6	55%
Operação	1.338	54%	1.152	46%
Órgãos de Governança	2	100%	0	0%
Supervisores	30	63%	18	38%
Técnicos	213	77%	65	23%
Total	2.161	53%	1.916	47%

II - Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração da Companhia;

Diretoria Executiva	2024		2025	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
III - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia:	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
	7	87,5%	1	12,5%

III - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia:

Categoria	2024		2025	
	Homem Salário Base ¹	Homem Remuneração Total ¹	Mulher Salário Base ¹	Mulher Remuneração Total ¹
Administrativos e Operacionais ²	4.012	5.150	3.483	4.148
Média Liderança ³	20.684	28.857	19.261	26.430
Gerentes Executivos e Acima ⁴	60.337	114.714	48.758	81.918

1. Salário base ajustado para 220 horas + férias e 13º salário. Remuneração total = soma do salário base ajustado para 220 horas + férias, 13º salário, participação nos lucros e resultados, incentivos de longo prazo e eventos variáveis.

2. Operacionais, Supervisores, Líderes, Técnicos, Assistentes e Analistas.

3. Especialista, Coordenador, Consultor e Gerente.

4. Gerentes Executivos, Diretores e Vice-Presidentes.

2.3.3. Instituto Motiva

Em 2025, o Instituto Motiva - evolução do Instituto CCR - lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas. Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R\$ 87,1 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram 2,1 milhões de pessoas. A Motiva anunciou a ampliação da Ambição 2035, com protagonismo em impacto social através do Instituto Motiva e investimento social de -R\$ 1 bilhão até 2035.

Compartilhando melhores práticas de governança, transparência e equidade, e também, conforme a lei n.º 15.177/2025 que modificou a Lei 6.404/76 incluindo o § 6º ao artigo 1133, a companhia informa:

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos da companhia;

Colaboradores Contratados	2024		2025	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Analistas	158	52%	147	48%
Aprendizes	148	34%	291	66%
Assistentes	47	34%	91	66%
Conselheiros	0	0%	0	0%
Consultores	13	65%	7	35%
Coordenadores	27	63%	16	37%
Diretores	7	78%	2	22%
Diretores Executivos	0	0%	1	100%
Engenheiros	3	100%	0	0%
Especialistas	90	64%	50	36%
Estagiários	52	46%	61	54%
Gerentes	20	80%	5	20%
Gerentes Executivos	8	67%	4	33%
Gestores	0	0%	0	0%
Líderes	5	45%	6	55%
Operação	1.338	54%	1.152	46%
Órgãos de Governança	2	100%	0	0%
Supervisores	30	63%	18	38%
Técnicos	213	77%	65	23%
Total	2.161	53%	1.916	47%

II - Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração da Companhia;

Diretoria Executiva	2024		2025	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
III - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia:	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
	7	87,5%	1	12,5%

III - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por



continuação

Relatório da Administração

(R\$ milhares)	2025	2024	Var. %
Endividamento bruto¹	37.240.691	28.247.767	31,8%
Investimentos (caixa)²	3.508.168	7.342.081	15,9%
Veículos equivalentes (em milhares)	1.154.075	1.218.671	(5,3%)

1. Dívida Bruta: somatória dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e de longo prazos (líquidos dos custos de transação). Os valores de 2024 e 2025 não incluem a Plataforma Aeroportos.

2. Inclui a Plataforma de Aeroportos.

Descontinuação da Plataforma de Aeroportos e reclassificação contábil

Em 18 de novembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda da totalidade das ações da Companhia de Participações em Concessões (CPC) com a ASUR, marcando a venda integral da Plataforma Aeroportuária, pelo montante de R\$ 5 bilhões (EVEBITDA 8,6x LTM set/25 *esttake*), sujeito a ajustes usuais até o fechamento da transação. A assinatura do contrato gerou efeitos contábeis relevantes, uma vez que, a partir dessa data, todo o resultado e posição patrimonial relacionados ao segmento de aeroportos foram consolidados em uma linha específica da Demonstração do Resultado das Operações Descontinuadas, e no Balanço Patrimonial como Ativo e Passivo Mantidos para Venda. O resultado do exercício de 2024 foi reclassificado e reapresentado para refletir essa mudança (vide 2024 reapresentado nas Demonstrações Financeiras), e o exercício de 2025 já está apresentado sem a contribuição das operações aeroportuárias nos números consolidados da Companhia.

Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)

A receita do período foi impactada positivamente mediante (i) retomada do reconhecimento integral da receita de pedágio da Motiva Pantanal após a assinatura do termo de autoaposeição; (ii) reconhecimento de R\$ 893.818 mil referente ao reequilíbrio econômico-financeiro da ViaQuatro, formalizado em setembro de 2025, em razão da frustração de receita tarifária decorrente do atraso na conclusão da Fase II; e (iii) início da operação da Rota Sorocabana em 30 de março, contribuindo para o resultado deste exercício. Ainda na linha Receita operacional bruta, o crescimento em receitas de pedágios ocorreu pela maior tarifa média de 13,8% em relação ao ano passado, sobretudo em função do início da operação da PRVias e da retomada do reconhecimento integral da receita de pedágio na Motiva Pantanal.

Custos e despesas totais

As principais variações na rubrica de custos e despesas totais estão destacadas abaixo:

Custos Caixa:

- Custo com pessoal:** A linha permaneceu praticamente estável em relação ao período anterior. O impacto do dissídio anual médio de 4,87% somado ao início das operações na Rota Sorocabana (R\$ 46.119 mil) e PRVias (R\$ 36.901 mil) foram compensados pelos encerramentos dos contratos de concessão da ViaOeste e de Barcas, nos valores de R\$ 100.631 mil e R\$ 114.407 mil, respectivamente.
- Serviços de terceiros:** A redução de R\$ 205.345 mil decorreu, principalmente, do encerramento do contrato de concessão da ViaOeste e de Barcas que deixaram de contribuir com R\$ 87.357 mil e R\$ 42.180 mil, respectivamente. Na Motiva Pantanal, após a repactuação da concessão, os serviços de recuperação de pavimento que anteriormente eram registrados como custo operacional (*Opex*) passaram a ser contabilizados como investimento (*Capex*), resultando em redução adicional de R\$ 113.056 mil.
- Custo da outorga:** A redução de R\$ 5.840 mil no custo de outorga decorreu, principalmente, pelo final do contrato da ViaOeste no valor de R\$ 35.594 mil, compensado em partes pelo início da operação da Rota Sorocabana no valor de R\$ 21.098 mil.
- Outros custos:** A redução de R\$ 1.154.493 mil ocorreu principalmente em função dos investimentos na ViaOeste que totalizaram R\$ 86.987 mil em 2025 e R\$ R\$ 759.081 em 2024, em obras que não geravam benefício econômico futuro e, portanto, foram registradas como custo quando incorridas. Também contribuíram: (i) o estorno de R\$ 68.790 mil de provisão para contingências da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, referente ao Termo Aditivo do ETCS; (ii) a baixa de aproximadamente R\$ 122.088 mil na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, em pagamentos a fornecedores, indenizados à concessionária pelo atraso na entrega do material rodante; (iii) o encerramento do contrato de Barcas que deixou de contribuir com R\$ 110.025 mil; e (iv) fim da estimativa de perda na Motiva Pantanal, no montante de R\$ 71.651 mil, em função da assinatura do termo de autoaposeição.

Custos não Caixa:

- Depreciação e amortização:** O aumento de R\$ 195.080 mil na linha de depreciação e amortização ocorreu em função do acréscimo do saldo de intangível na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, pela entrega de material rodante (novos trens), além do maior volume de obras entregues na RioSP, AutoBan e SPVias, no período.
- Provisão de manutenção:** O aumento de R\$ 28.643 mil na linha de provisão de manutenção ocorreu, majoritariamente, em função dos ciclos de manutenção de pavimento na SPVias, compensado em parte pelo menor volume de provisões na AutoBan.

Custo de construção:

A linha de custo de construção apresentou redução de R\$ 745.084 mil, decorrente principalmente do impacto de R\$ 2.048.790 mil referentes à entrega de material rodante (novos trens) ao longo de 2025 na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9. Esses efeitos foram parcialmente compensados por maiores volumes na Motiva Pantanal, ViaSul e RioSP, bem como pelos custos associados aos ativos recém-incorporados, Rota Sorocabana e PRVias.

Resultado das operações descontinuadas

Em função da assinatura do contrato de compra e venda da plataforma de Aeroportos, seus resultados foram consolidados nesta linha específica da Demonstração do Resultado do Exercício. O desempenho positivo é explicado pelo aumento de demanda de 7,0%, o que representou expansão de receitas de 10,8%, EBITDA Ajustado de 18,1% e aumento de margem em 3,5 p.p.. A linha de depreciação e amortização foi impactada pela constituição de ativo intangível de R\$ 193.082 mil, refletindo os ajustes em função do novo prazo do contrato da Aeris. O resultado financeiro foi superior em 31,8%, principalmente, em função da dívida líquida 5,5% maior entre os períodos comparados, somado ao CDI anual médio 3,44 p.p. maior na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Resultado financeiro

A variação negativa de R\$ 655.015 mil no resultado financeiro decorreu, principalmente, do maior CDI médio anual de 2025 em comparação ao exercício anterior (14,31% vs. 10,87%), somada ao aumento de 30,1% do endividamento bruto. Houve, ainda, elevação de 27,2% no saldo das dívidas indexadas ao IPCA, parcialmente compensada pelo menor índice do período (4,26% vs. 4,83%). Adicionalmente, os rendimentos de aplicações financeiras foram R\$ 211.235 mil superiores, impulsionados pelo CDI médio anual 3,44 p.p. maior. A Companhia segue atenta a oportunidades, de *Liability Management*, apoiadas em uma gestão ativa de oportunidades voltada à otimização do perfil de dívida da Companhia.

Endividamento Bruto

Em 2025, o endividamento bruto consolidado totalizou R\$ 37.583.145 mil, ante R\$ 28.887.312 mil em 2024 (+30,1%). No período, foram contratados aproximadamente R\$ 14,6 bilhões em novas dívidas e realizados desembolsos de cerca de R\$ 16,7 bilhões, incluindo operações de exercícios anteriores. As concessões aeroportuárias representaram cerca de R\$ 3,5 bilhões desses desembolsos e, após o anúncio da venda da Plataforma de Aeroportos, passaram a ser classificadas como Passivos Mantidos para Venda. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição líquida em moeda estrangeira das empresas com receitas em reais somava US\$ 6,1 milhões, principalmente relacionada ao fornecimento de equipamentos para a ViaQuatro, ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 e Rota Sorocabana. Na mesma data, o endividamento bruto consolidado, incluindo controladas em conjunto, alcançou R\$ 38.162.411 mil, frente a R\$ 29.308.942 mil em 2024 (+30,2%).

Investimentos Caixa (incluindo ativo financeiro e manutenção)

Em 2025, os investimentos somaram R\$ 8.508 milhões. As concessionárias que mais investiram foram RioSP, ViaSul, AutoBan e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9. Na RioSP, os investimentos são relativos à ampliação, desapropriações, recuperação de pavimento e sistemas de diversos trechos da região metropolitana e rural de São Paulo, além da execução de obras na Serra das Araras. Na ViaSul, os desembolsos foram com duplicações, faixas adicionais e intervenções de pavimento em diversos trechos da BR-101, BR-306 e BR-290. Na AutoBan, destaque para a intervenção de pavimento no sistema Anhanguera-Bandeirantes. Já na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, desembolsos com a construção e revitalização de subestações de energia, melhorias e empreendimentos em diversas estações e sistemas de energia.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante		7.690.224	4.413.554	23.927.061	10.441.129
Caixa e equivalentes de caixa	7	854.588	463.014	3.651.544	4.187.905
Aplicações financeiras	7	1.437.976	1.438.056	4.015.545	2.204.382
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	7.727	271.727	316.583
Contas a receber das operações	8.1	120	114	897.911	1.097.331
Contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	1.309.297	1.134.560
Contas a receber de partes relacionadas	11	415.729	330.919	2.503	13.358
Mútuos com partes relacionadas	11	505.919	1.089.421	-	-
Estoques	-	-	-	443.073	499.822
Tributos a recuperar	-	179.315	197.585	439.592	489.952
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	10	-	-	125.459	127.371
Contas a receber de operações com derivativos	23.2	-	-	355	21.764
Adiantamentos a fornecedores	-	848	422	75.431	80.495
Adiantamentos a fornecedores com partes relacionadas	11	-	-	8.766	11.216
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11	1.250.798	865.685	-	-
Despesas antecipadas e outros créditos	-	30.528	20.611	187.968	256.390
Ativos mantidos para venda	26	3.014.403	-	12.497.890	-
Não circulante		17.750.255	16.178.134	47.086.809	48.655.970
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	155.437	214.124
Contas a receber das operações	8.1	-	-	48.788	52.046
Contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	5.529.515	5.555.052
Contas a receber de partes relacionadas	11	-	-	-	52.352
Mútuos com partes relacionadas	11	163.884	255.122	152.585	241.753
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	11	42.810	161.039	2.159	403
Estoques	-	-	-	186.506	105.553
Tributos a recuperar	-	79.203	99.218	127.426	159.204
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	-	-	1.224.189	1.420.872
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	10	-	-	1.413.298	1.538.577
Contas a receber de operações com derivativos	23.2	217.096	81.507	234.830	81.507
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	20.373	7.465
Despesas antecipadas e outros créditos	72	685	685	301.942	274.735
Investimentos					
12	17.019.771	15.395.315	80.618	884.884	
Imobilizado					
13	143.312	100.378	1.856.342	1.195.723	
14	81.667	83.774	28.729.288	30.649.683	
Infraestrutura em construção					
14	-	-	6.721.759	5.930.178	
Direito de uso em arrendamento					
14	2.440	1.096	25.841	21.783	
Propriedade para investimento					
15	-	-	276.913	277.361	
Total do ativo		25.440.479	20.591.688	71.013.870	59.097.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Recitas operacionais líquidas					
21	80.999	61.098	18.850.645	18.115.933	
Custos dos serviços prestados					
Custo de construção	-	(25)	(9.907.701)	(11.646.783)	
Serviços	-	(2)	(976.112)	(1.185.838)	
Custo de outorga	-	-	(62.350)	(404.462)	
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	-	(33)	(330)	(261.652)	
Custo com pessoal	-	(23)	(897.460)	(1.091.137)	
Custo de obras	-	-	(86.635)	(749.117)	
Provisão de manutenção	19	-	-	(519.293)	
Materiais, equipamentos e veículos	-	-	(259.804)	(334.703)	
Outros	-	-	(1.120.328)	(997.907)	
Lucro bruto		80.999	61.073	8.942.944	6.469.150
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas					
Despesas com pessoal	(237.665)	(176.093)	(1.069.922)	(889.621)	
Serviços	(62.087)	(62.350)	(404.462)	(400.081)	
Materiais, equipamentos e veículos	(4.798)	(3.390)	(37.570)	(32.979)	
Depreciação e amortização	(37.186)	(35.200)	(102.753)	(77.847)	
Indenizações	(138)	-	(3.921)	(7.612)	
Despesas, provisões e multas indedutíveis	(760)	(1.366)	1.249	(11.178)	
Provisão para perdas - Pantanal (adesão à Lei nº 13.448/2017)	-	-	-	(71.651)	
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	(21.701)	(9.306)	(76.856)	(54.418)	
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros	-	(350)	(66.087)	(61.533)	
(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciárias e contratuais	18.1	1.429	(3.343)	146.102	
Gastos com viagens e estadias	(6.118)	(4.456)	(24.231)	(17.646)	
Água, luz, telefone, internet e gás	(293)	(751)	(16.861)	(14.868)	
Despesas legais e judiciais	-	(3)	(11.610)	(7.465)	
Contribuições a sindicatos e associações de classe	(1.711)	(1.588)	(9.509)	(7.737)	
Impostos, taxas e despesas com cartório	(681)	(426)	(20.912)	(7.196)	
Aluguéis de imóveis e condomínios	(8.228)	(5.536)	(8.173)	(4.440)	
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	-	-	(1.133)	(3.583)	
Outras despesas (receitas) operacionais	(8.801)	(13.449)	(47.597)	(181.788)	
Resultado de equivalência patrimonial		12	3.886.243	1.734.565	79.501
Resultado antes do resultado financeiro		3.578.471	1.457.996	7.268.199	4.618.929
Resultado financeiro	22	(611.903)	(335.653)	(3.124.084)	(2.469.069)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		2.966.568	1.122.343	4.144.115	2.149.860
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	9.1	43.919	(2.015)	(997.907)	(1.029.417)
Resultado Líquido das operações continuadas		3.010.487	1.120.328	3.146.208	1.120.443
Resultado Líquido das operações descontinuadas, líquido de impostos		26.1	269.098	128.367	357.289
Lucro líquido do exercício		3.279.585	1.248.695	3.503.497	1.311.615
Atribuído a:					
Acionistas		3.279.585	1.248.695	3.279.585	1.248.695
Resultado das operações continuadas	-	3.010.487	1.120.328	2.904.235	1.024.160
Resultado das operações descontinuadas	-	269.098	128.367	375.350	224.535
Acionistas não controladores		-	223.912	62.920	62.920
Resultado das operações continuadas	-	-	-	241.973	96.283
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	(18.061)	(33.363)
Lucro líquido do exercício		3.279.585	1.248.695	3.503.497	1.311.615
Lucro líquido por ação - básico (em reais - R\$)		20.11	1.63130	0.61963	0.61963
Lucro líquido por ação - diluído (em reais - R\$)		20.11	1.62356	0.61817	0.61817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dividendos Pagos

Em 6 de maio de 2025, a Companhia pagou aproximadamente R\$ 319.928 mil em dividendos complementares referentes ao exercício de 2024, correspondentes a R\$ 0,15914123162 por ação, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 2025. No dia 15 de agosto de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 360.575 mil em dividendos, correspondentes a R\$ 0,179347034195 por ação, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração de 30 de julho de 2025. Adicionalmente, no dia 19 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 294.244 mil em dividendos, correspondentes a R\$ 0,14635469934 por ação, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração de 5 de dezembro de 2025.

4. Reconhecimentos e Prêmios

- 4. Reconhecimentos e Prêmios**
- O modelo de negócio sustentável da Motiva e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2025, a Companhia recebeu prêmios e reconhecimento de destaque, entre eles:
- Índices ESG e D&I da B3:** pela primeira vez, a Motiva passou a compor a carteira do Índice de Diversidade (IDIVERSA) e do Índice GPTW (IGPTW), que reconhecem companhias com boas práticas em Diversidade & Inclusão (D&I).
 - Índices ESG da B3:** pelo 14º ano consecutivo, a Motiva integrou a carteira do ISE, um dos principais indicadores de desempenho ESG do mercado de capitais brasileiro, e ingressou no Índice Carbono Eficiente (ICE2), ambos da B3.
 - Selo Ouro do GHG Protocol:** pela 12ª vez consecutiva, a Motiva conquistou o Selo Ouro do GHG Protocol, reforçando sua liderança em sustentabilidade.
 - CDP - Mudanças Climáticas:** pelo segundo ano consecutivo, a Motiva obteve a nota A- no ciclo 2024 da CDP Disclosure Insight Action, reconhecimento global por boas práticas em sustentabilidade.
 - Inovadora no Uso de TI:** a Motiva foi reconhecida como uma das "100+ Inovadoras no Uso de TI", premiação concedida pela IT Forum.
 - Merce Marsh Benefícios - Troféu Selo Azul:** a Motiva foi premiada como uma das 21 melhores empresas do Brasil na oferta de programas de saúde e bem-estar no ambiente corporativo, com a conquista do troféu Selo Azul.
 - GPTW - Jornada Flexível:** a Motiva ficou entre as 50 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil que oferecem Jornada Flexível, alcançando a 4ª posição na categoria "Supergrandes", segundo o Great Place To Work® Brasil.
 - CDP - Mudanças Climáticas:** pelo segundo ano consecutivo, a Motiva foi reconhecida como uma das melhores empresas para mulheres trabalharem no Brasil, subindo posições no ranking de 2025 e figurando entre as 23 primeiras colocadas.
 - GPTW São Paulo 2025:** pela primeira vez, a Motiva ingressou no grupo das 20 melhores empresas para trabalhar em São Paulo, segundo o ranking GPTW São Paulo 2025.
 - GPTW Brasil 2025:** pelo segundo ano consecutivo, a Motiva esteve entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, entrando no TOP 15 na categoria "Gigantes" (organizações com mais de 10 mil colaboradores).
 - Prêmio INAC de Integridade 2025:** a Motiva conquistou o 1º lugar na categoria "Boas Práticas de Governança", em premiação promovida pelo Instituto Não Aceito Corrupção (INAC).
 - INAC - Empresas que Melhor se Comunicam com Colaboradores:** pelo segundo ano consecutivo, a Motiva foi uma das vencedoras do prêmio concedido pelas plataformas Melhor RH e Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação (Cecom), com reconhecimentos em cinco categorias.
 - Prêmios que Melhor se Comunicam com Jornalistas:** pelo segundo ano seguido, a Motiva foi reconhecida na categoria Logística e Transporte, em premiação organizada pela Plataforma Negócios da Comunicação em parceria com o Cecom.
 - Latin America Executive Team:** a Motiva foi eleita a melhor companhia de médio porte do setor de transporte em sete das oito categorias do prêmio, em premiação oferecida pela Exetel; Miguel Setas (CEO) e Waldo Perez (CFO) conquistaram a 1ª posição em suas categorias; Flavia Godoy foi eleita a melhor profissional de RH; e a área de RI da Motiva foi reconhecida como a melhor do setor, com a Companhia também destacada como *Most Honored Company* entre as empresas de médio porte.
 - <

continuação

Demonstrações Financeiras 2025

motiva.com.br

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Nota	2025 (reapresentado)	2024 (reapresentado)	2024 (reapresentado)		Nota	2025 (reapresentado)	2024 (reapresentado)	2024 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Lucro líquido do exercício		3.279.585	1.248.695	3.503.497		19	-	-	(884.185)
Ajustes por:									
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas		(269.098)	(128.367)	(357.289)					(337.885)
Resultado das operações descontinuadas		-	-	-		35.781	46.091	(115.274)	92.070
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(43.919)	2.015	(378.439)		20.964	(5.716)	1.420.434	1.289.735
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	8.1	-	-	(12.613)		-	-	(2.099)	(2.318)
Adições e remunerações do contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	(1.384.717)		-	-	(1.265.564)	(1.165.322)
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017	8.1	-	-	-		18.1	(4.547)	(1.072)	(161.203)
Depreciação, amortização e impairment	13 e 14	35.584	33.847	1.420.306		-	-	(15.503)	16.528
Baixa do ativo imobilizado e intangível	13 e 14	1.759	341	28.730		8.1 e 24.1	-	-	(24.511)
Baixa arrendamento	-	-	-	-		-	-	-	(159.527)
Amortização do direito da concessão gerado em aquisições	13 e 14	-	-	97.185		-	-	-	(17.066)
Capitalização de custos dos empréstimos	13 e 14	-	-	(680.062)		-	-	-	870
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	18.1	3.118	4.415	15.101		(4.977)	18.254	(342.100)	93.965
Obrigações a executar	19	-	-	12.579		-	-	-	(789)
Constituição da provisão de manutenção	19	-	-	519.293		-	-	-	93.965
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	19	-	-	89.527		-	-	-	(1.172.711)
Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	22	793.055	632.999	4.062.667		-	-	-	-
Resultado com operações de derivativos	22	(6.971)	318.446	47.354		-	-	-	-
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	22	84.137	(321.388)	163.977		-	-	-	-
Juros e variação monetária sobre mútuos e fianças com partes relacionadas	22	(194.679)	(193.005)	(19.498)		-	-	-	-
Juros sobre impostos, contribuições e multas com os Poderes Concedentes parcelados	22	350	29	1.637		-	-	-	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros e indenizações	22	-	-	(117.713)		-	-	-	-
Juros sobre mútuos com terceiros	22	161	174	1.715		-	-	-	-
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	22	-	-	(9.744)		-	-	-	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	22	-	-	(821.867)		-	-	-	-
Receita da reequilíbrio	21	-	-	(79.501)		-	-	-	-
Equivalência patrimonial	12.2	(3.886.243)	(1.734.565)	(71.084)		(67.000)	100.000	(67.000)	100.000
Apropriação de despesas antecipadas	10	1.602	1.353	14.590		-	-	-	-
Depreciação - Direito de uso em arrendamento	-	-	-	2.871		-	-	-	-
ISS, Pis e Cofins diferidos	-	-	-	2.860		-	-	-	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(85.772)	(101.159)	(358.599)	(221.761)		23.2	(71.516)	(77.163)	(72.584)
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	-	31.795	15.010	32.498		-	-	-	-
Perdas (Ganhos) em alienações e aquisições de investimentos	-	-	2.212	3.669		-	-	-	-
Variações nos ativos e passivos									
(Aumento) redução nos ativos									
Contas a receber das operações	8.1	(6)	(114)	192.726		-	-	-	(77.163)
Recebimento do contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	1.995.657		11 e 12.2	(974.747)	(840.639)	(974.747)
Contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	17.129		11 e 12.2	-	-	(54.005)
Contas a receber de partes relacionadas	11 e 25.1	(74.343)	(115.640)	10.855		-	(1.477)	(16.790)	(27.303)
Tributos a recuperar	-	7.392	(8.594)	78.056		-	-	-	63.962
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	1.440.413	2.722.410	109.746		-	-	-	(5.641.604)
Adiantamentos a fornecedores	-	(426)	2.282	5.064		-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores com partes relacionadas	-	-	-	2.450		-	-	-	-
Estoques	-	-	-	(24.204)		-	-	-	-
Despesas antecipadas e outros créditos	(9.304)	1.735	42.242	(119.344)		-	-	-	-
Aumento (redução) dos passivos									
Fornecedores	(17.990)	28.099	(2.497)	19.316		-	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	11 e 25.1	(1.229)	1.821	(30.499)		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Nota	2025 (reapresentado)	2024 (reapresentado)	2024 (reapresentado)		Nota	2025 (reapresentado)	2024 (reapresentado)	2024 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício		3.279.585	1.248.695	3.503.497		19	-	-	(884.185)
Outros resultados abrangentes									
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado									
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de pensão		(1.136)	41	(1.136)		13	(56.279)	(41.067)	(659.270)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado						14	(21.891)	(33.321)	(8.973.406)
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior - operações descontinuadas		(191.915)	390.542	(196.392)		13 e 14	-	-	249.913
Resultado de hedge de fluxo de caixa		(187.626)	398.175	(187.626)		-	-	-	(461)
Resultado de hedge de fluxo de caixa - operações descontinuadas		(1.152)	1.739	(1.152)		-	-	-	(1.756)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.528)	(8.780)	(3.528)		7	85.852	390.596	(1.452.564)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - operações descontinuadas		496	(592)	496		12.2	254.000	288.900	472.817
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior - acionistas não controladores		(105)	-	(105)		-	-	-	275
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior - acionistas não controladores - operações descontinuadas		-	-	67		-	-	-	103.543
Total do resultado abrangente do exercício		3.086.534	1.639.278	3.305.969		7	7.727	275	103.543
Atribuível a:						12.2	254.000	288.900	(2.681.606)
Acionistas						-	-	-	(24.042)
Resultado abrangente das operações continuadas		3.086.534	1.639.278	3.086.534		-	-	-	448
Resultado abrangente das operações descontinuadas		1.121.516	2.902.443	1.121.516		-	-	-	(67.000)
Acionistas não controladores						-	-	-	9.032.166
Resultado abrangente das operações continuadas		77.839	517.762	184.091		-	-	-	-
Resultado abrangente das operações descontinuadas		-	-	219.435		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		3.086.534	1.639.278	3.305.969		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de capital				Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	
	Nota	Capital social subscrito e integralizado	Custos de captação	Transação com sócios	Agio em transação de capital de longo prazo	Plano de Incentivo de longo Prazo	Ações em tesouraria	Legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros					Reserva para equalização de dividendos e investimentos
Saldos em 1º de janeiro de 2024		6.126.100	(103.158)	359.982	(72.455)	11.713	(43.328)	947.638	-	-	4.358.626	-	745.713	-	12.462.153
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.248.695	1.248.695
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131.322)	-	-	(131.322)
Ações em tesouraria - Recompra de ações		-	-	-	-	-	(78.522)	-	-	-	-	-	-	-	(78.522)
Entregas de ações do plano incentivado de longo prazo		-	-	-	-	(1.359)	1.359	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações		-	-	-	-	21.724	-	-	-	-	-	-	-	-	21.724
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	390.583	-	390.583
Destinações:															
Reserva legal		-	-	-	-	-	-	62.434	-	-	-	-	-	(62.434)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	102.186	-	-	-	(102.186)	-
Distribuição de dividendos em 30 de outubro de 2024		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(304.420)	(304.420)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	-	-	-	319.928	-	-	(319.928)	-
Reserva para equalização de dividendos e investimentos		-	-	-	-	-	-	-	-	459.727	-	-	-	(459.727)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		6.126.100	(103.158)	359.982	(72.455)	32.078	(120.491)	1.010.072	-	102.186	4.818.353	319.928	1.136.296	-	13.608.891
Lucro líquido do exercício	20.11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.279.585	3.279.585
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(654.819)	(654.819)
Aumento de participação - VLT Carioca		-	-	-	15.656	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.656
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(319.928)	-	-	-	(319.928)
Aquisição de mútuo - VLT Carioca		-	-	146.598	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	146.598
Entregas de ações do plano incentivado de longo prazo		-	-	-	-	(17.375)	17.375	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	20.13	-	-	-	-	32.403	-	-	-	-	-	-	-	-	32.403
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(193.051)	-	(193.051)
Destinações:															
Reserva legal	20.5	-	-	-	-	-	-	163.978	-	-	-	-	-	(163.978)	-
Reserva de retenção de lucros	20.5	-	-	-	-	-	-	-	2.254.179	-	-	-	-	(2.254.179)	-
Dividendo mínimo obrigatório	20.9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.083)	(124.083)
Reserva para equalização de dividendos e investimentos	20.6	-	-	-	-	-	-	-	-	82.526	-	-	-	(82.526)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		6.126.100	(103.158)	506.580	(56.799)	47.106	(103.116)	1.174.050	-	2.356.365	4.900.879	-	943.245	-	15.791.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de capital				Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Nota	Capital social subscrito e integralizado	Custos de captação	Transação com sócios	Agio em transação de capital de longo prazo	Plano de Incentivo de longo Prazo	Ações em tesouraria	Legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros					
Saldos em 1º de janeiro de 2024		6.126.100	(103.158)	359.982	(72.455)	11.713	(43.328)	947.638	-	4.358.626	131.322	745.713	-	12.462.153	13.077.229
Distribuição de dividendos em 18 de abril de 2024		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131.322)	-	-	(131.322)	(131.322)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.248.695	1.248.695	1.248.695
Aumento de capital - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126.242	126.242
Aumento de capital - IBSA BVI		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9
Ações em tesouraria Recompra de ações		-	-	-	-	-	(78.5								

continuação



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Motiva ou Companhia) para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A Motiva é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da Motiva permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Motiva ou Companhia) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (B3) sob a sigla "MOTV3". Em 23 de abril de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária a troca do razão social da Companhia de CCR S.A. para Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, a Motiva é responsável por 4.475 quilômetros de rodovias da malha concessão nacional.

No segmento de trilhos, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrô, trens, veículos leves sobre trilhos, que somam aproximadamente 189 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 3 milhões de passageiros por dia.

No segmento de concessões aeroportuárias, atualmente classificado como ativo mantido para venda (vide tópico 1.1.2. Item 6), é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 8 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano.

A seguir estão demonstradas as empresas que a Motiva possui participação e os percentuais de participação pertencentes à Motiva de forma direta ou indireta:

Empresas	País	Investidores	% de participação
Controlar (em liquidação)	Brasil	Motiva	49,57
CPC (a)	Brasil	Motiva	100
Inovav 5 (b)	Brasil	Motiva	50
Lam Vias	Brasil	Motiva	100
RS Holding (c)	Brasil	Motiva	100
SIP	Brasil	Motiva	100
ENCP	Brasil	Motiva	100

(a) Classificado como ativo mantido para venda.

(b) Operação conjunta de plataforma digital para gestão e processamento de pagamentos de pedágios.

(c) Troca do objeto social para comercializadora de energia.

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Km	Fin da concessão
AutoBAn	Brasil	Motiva	100	317	Dezembro de 2037
Pantanal	Brasil	Motiva	100	845,4	Abril de 2044
ND (a)	Brasil	Motiva	100	-	-
PRN (em liquidação) (a)	Brasil	Motiva	100	-	-
PRVias	Brasil	Motiva	100	569	Abril de 2055
RDN (a)	Brasil	Motiva	100	-	-
Rodovias	Brasil	Motiva	100	345,6	Abril de 2026
RioSP	Brasil	Motiva	100	625,8	Fevereiro de 2052
RodoAnel Oeste	Brasil	Motiva	99,59	32	Mai de 2038
Rota Sorocabana	Brasil	Motiva	100	460	Fevereiro de 2055
SPVias	Brasil	Motiva	100	516	Outubro de 2030
ViaCosteira	Brasil	Motiva	100	220,4	Agosto de 2050
Viaagos	Brasil	Motiva	100	57	Janerio de 2040
VOE (a)	Brasil	Motiva	100	-	-
ViaRio	Brasil	Motiva	66,66	13	Abril de 2047
ViaSul	Brasil	Motiva	100	473,4	Fevereiro de 2049

(a) As concessões foram encerradas, porém as empresas permanecerão ativas até que os assuntos do contrato de concessão sejam solucionados.

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Km	Fin da concessão
BC Concessões (a)	Brasil	Motiva	100	42,50	-
Linha 15 (b)	Brasil	Motiva	80	-	-
Metrô Bahia	Brasil	Motiva	100	41	Outubro de 2043
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	Brasil	Motiva	83	27,8	Agosto de 2038
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	Brasil	Motiva	83,34	79	Janeiro de 2052
ViaQuatro	Brasil	Motiva	75	12,8	Junho de 2040
VLT Carioca	Brasil	Motiva	99,95	28	Dezembro de 2038

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Five Trilhos	Brasil	ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	100
Four Trilhos	Brasil	ViaQuatro	100
OM Trilhos	Brasil	ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	100

(a) A concessão foi encerrada, porém a empresa permanece ativa até que os assuntos do contrato de concessão sejam solucionados.

(b) A licitação estava suspensa, aguardando a adjudicação da concessão da Linha 15 - Prata. Entretanto, em 23 de julho de 2024, a Secretária de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo revogou a referida licitação por meio de decisão publicada no Diário Oficial naquela data. Apesar da revogação da licitação a empresa permanece ativa, porém sem operações.

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Aeroportos	Fin da concessão
Aeris	Costa Rica	Aeroportos Desarrolos Terminal	52,40	1	Mai de 2036
BH Airport	Brasil	SPAC	51	1	Mai de 2044
Bloco Central	Brasil	CPC	100	6	Novembro de 2051
Bloco Sul	Brasil	CPC	100	9	Novembro de 2051
CAP	Curacao	CAI	100	1	Agosto de 2033
Pampulha	Brasil	CPC	100	1	Fevereiro de 2052
Quiport	Ecuador	Quiport Holdings	46,50	1	Janeiro de 2041

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Aeroportos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimentos	48,77
		CCR Costa Rica Concesiones	51,23
CAI	Curacao	CCR España Concesiones	51
CARE	Curacao	CPA	39
CCR Costa Rica Concesiones	Costa Rica	SJO	99,29
CCR Costa Rica Empreendimentos	Costa Rica	CCR España Concesiones	100
CCR España Concesiones	Espanha	CPC	100
CCR España Empreendimentos	Espanha	CPC	100
CPA	Costa Rica	CCR España Concesiones	80
Desarrolos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimentos	51
		CCR Costa Rica Concesiones	49
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	CPC	100
IAF	Espanha	CPC	47
		Green Airports	53
IBSA BVI	USA	SJO	50
IBSA Finance	Barbados	IBSA BVI	100
Icaros	Ecuador	Quiport Holdings	50
Quiama	USA	CCR España Empreendimentos	100
Quiama Ecuador	Ecuador	Quiama	100
Quiport Holdings	Uruguai	CCR España Empreendimentos	100
SJO Holding	Ilhas Virgens Britânicas	CCR España Concesiones	99,29
SPAC	Brasil	CPC	75
Terminal	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimentos	50
		CCR Costa Rica Concesiones	50

(*) Classificado como ativo mantido para venda.

A CPC é a Holding que concentra, direta e indiretamente, os ativos aeroportuários no Brasil e exterior.

Outras informações

As concessões da Motiva consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como, as das faixas de domínio e de Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente instada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pelas concessionárias do Grupo não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1.1.1. Principais eventos regulatórios

a. Termo Aditivo n.º 1 - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9

Em 29 de maio de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 1 ao contrato de concessão n.º 02/2021 entre a Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. (ViaMobilidade - Linhas 8 e 9) e o Estado de São Paulo, com intervenção da CPTM.

O aditivo estabelece a substituição do sistema de sinalização das Linhas 8 - Diamante e 9 - Esmeralda pela tecnologia *European Train Control System - Nivel 2* (ETCS-N2), com investimento adicional no valor de R\$ 846.155, compensado parcialmente por quitação não litigiosa de multas, no montante de R\$ 179.060, e supressão de obrigações de investimentos, no montante de R\$ 364.187, o saldo residual do investimento adicional, no montante de R\$ 302.908, líquido de impostos, será reequilibrado por meio de pagamento em dinheiro pelo Poder Concedente, conforme cronograma estabelecido no Termo Aditivo. Os valores acima estão apresentados a valor presente na data-base de setembro/2024.

Adicionalmente, a Concessionária deverá elaborar estudos e projetos para implantação de viaduto ferroviário entre as Estações CEASA (Linha 9) e Imperatriz Leopoldina (Linha 8), cujo valor será ressarcido e poderá futuramente integrar o contrato de concessão.

b. Termo Aditivo n.º 12 - BH Airport

Em 17 de junho de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 12 ao contrato de concessão entre BH Airport e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), com o objetivo de permitir a reprogramação dos pagamentos das contribuições fixas. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 24.

c. Termos Aditivos n.º 22 e 23 - SPVias

Em 7 de julho de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo n.º 22 ao contrato de concessão da SPVias, formalizando a incorporação de investimentos já realizados ao escopo contratual e recompondo o equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de concessão em 73 dias, permitindo o reconhecimento da Receita de Reequilíbrio no montante de R\$ 63.296, com a contrapartida no Ativo Intangível.

Em 13 de novembro de 2025, foi assinado o Termo Aditivo e Modificativo n.º 23 ao contrato de concessão da SPVias, formalizando a incorporação de investimentos adicionais não contemplados no contrato original e recompondo o equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de concessão em 322 dias.

d. Termo Aditivo n.º 10 - ViaQuatro

Em 26 de setembro de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 10 ao contrato de concessão da ViaQuatro, que formaliza a assunção dos investimentos necessários para a extensão da Linha 4 até Taboão da Serra, totalizando R\$ 3.897.964 (data-base fev/2025), que serão realizados por meio de: (i) prorrogação do prazo de concessão por 20 anos; (ii) acréscimo de R\$ 0,4230 na tarifa referente ao período entre às 13:59:20 horas de 7 de agosto de 2036 até às 23:59:59 horas de 20 de junho de 2060; (iii) receita tarifária da demanda adicional de passageiros gerada pela operação comercial da extensão; e (iv) aporte de recursos pelo Estado, no montante de R\$ 2.982.399 (data-base fev/2025).

Adicionalmente, o Termo Aditivo reconheceu o resqueilíbrio econômico-financeiro decorrente da frustração de receita tarifária relacionada ao atraso na conclusão da Fase II do valor bruto de R\$ 893.818 (data-base de setembro/2025), reconhecido como Receita de Reequilíbrio, tendo como contrapartida o contas a receber com o Poder Concedente. Esse valor será realizado por meio de acréscimo de R\$ 0,4230 na tarifa referente ao período entre às 00:00:00 horas de 1º de setembro de 2025 até às 13:59:19 horas de 7 de agosto de 2036, e pelo recebimento da mitigação de demanda até 2028.

1.1.2. Demais eventos relevantes

a. Início da operação - Rota Sorocabana

Em 14 de abril de 2025, foi assinado o contrato de concessão da Concessionária Rota Sorocabana S.A. (Rota Sorocabana) com objetivo da exploração do sistema rodoviário do lote Rota Sorocabana. O valor atualizado pago pela outorga fixa foi de R\$ 1.654.923.

A operação e gestão da concessão teve início em 30 de março de 2025.

b. Encerramento do contrato de concessão - BC Concessões (nova razão social de Barcas)

Em 11 de fevereiro de 2025, foi encerrado o contrato de concessão da Barcas S.A. Transportes Marítimos (Barcas) e as operações passaram a ser conduzidas por novo operador. Após o término do prazo da concessão, a empresa entrou em dormiência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão sejam solucionados.

Foi deferida a transformação do tipo societário da companhia de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada, sob a denominação social de BC Concessões e Participações Ltda..

c. Aquisição de participação - VLT Carioca

Em 28 de março de 2025, foi concluída a transação celebrada entre a Companhia e a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (Invepar), para a aquisição de participação equivalente a 4,7273% na Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT Carioca) e cessão da totalidade dos direitos creditórios detidos pela Invepar em relação à Concessionária.

A Companhia pagou à Invepar a parcela no valor de R\$ 67.000, na data de fechamento da transação, e a parcela adicional no valor de R\$ 30.000, atualizada pelo IPCA, foi condicionada ao resqueilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em favor da Concessionária.

A Companhia reconheceu o ganho de R\$ 161.946, no patrimônio líquido, e o valor de R\$ 30.000 a pagar à Invepar foi registrado na rubrica Outras obrigações.

d. Encerramento do contrato de concessão - VOE Concessões (nova razão social da ViaOeste)

Em 29 de março de 2025, foi encerrado o contrato de concessão da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (ViaOeste), em virtude do término do prazo de concessão.

Foi deferida a transformação do tipo societário da companhia de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada, sob a denominação social de VOE Concessões e Participações Ltda..

e. Início da operação - PRVias

Em 14 de abril de 2025, foi assinado o contrato de concessão da Concessionária de Rodovias PRVias S.A. (PRVias) com objetivo da exploração do sistema rodoviário - Lote PR3. O valor atualizado pago pela outorga fixa foi de R\$ 1.114.899.

A operação e gestão da concessão teve início a partir da zero hora de 16 de maio de 2025.

f. Leilão - Motiva Pantanal (nova razão social da MSVia)

Em 22 de maio de 2025, foi declarada a manutenção da Motiva no controle acionário da MSVia, em decorrência do não recebimento de propostas econômicas no leilão promovido por meio da ANTT. A partir da reestruturação do contrato, a Companhia revisou as projeções de realização dos impostos diferidos com impactos evidenciados na nota explicativa n.º 9.

Em 1º de agosto de 2025, foi celebrado o Aditivo de Modernização do Contrato de Concessão entre sua controlada direta, a Concessionária de Rodovias Sul-Matogrossense S.A., antes denominada "CCR MSVia" agora "Motiva Pantanal" (Pantanal), e a União Federal, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. O referido aditivo assegura a continuidade da prestação do serviço público na BR-163/MS pelo prazo de 29 anos, em conformidade com o Acórdão Plenário - TCU n.º 2.434/2024 do Tribunal de Contas da União.

g. Celebração do contrato de compra e venda de ações da controlada Companhia de Participações em Concessões (CPC)

Em 18 de novembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a ASUR, pelo qual a Companhia obrigou-se a vender, e a ASUR obrigou-se a adquirir, a totalidade das ações da CPC, holding que concentra as participações da Companhia em ativos aeroportuários no Brasil e no exterior. O valor do patrimônio líquido da CPC foi avaliado em R\$ 5.000.000, sujeito a ajustes usuais até o fechamento da transação. A efetivação da operação depende do cumprimento de condições suspensivas, incluindo aprovações regulatórias no Brasil (ANAC) e no exterior, além de autoridades concorrenciais. Para maiores informações, vide nota explicativa n.º 26.

h. Leilão - Forno Dias

Em 11 de dezembro de 2025, a Companhia foi declarada vencedora do Processo Competitivo n.º 04/2025, promovido pela ANTT, para aquisição de 100% das ações da Autopista Forno Dias S.A., atual concessionária da Rodovia BR-381/MG/SP. A proposta vencedora apresentou desconto de 17,05% sobre a tarifa básica de pedágio, além do pagamento no montante de R\$ 295.158, conforme critérios estabelecidos no Edital. A consumação da operação está condicionada à assinatura do Contrato de Compra e Venda, do Termo Aditivo de modernização ao Contrato de Concessão e o cumprimento das condições previstas no Edital. Com a assinatura do Termo Aditivo, o prazo da concessão será estendido por 15 anos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o Conselho Fiscal analisaram e se manifestaram favoravelmente a estas demonstrações financeiras e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 9 de fevereiro de 2026.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado abrangente; e
- Remensuração a valor justo de participação anteriormente detida, quando da aquisição de controle de investidas.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão detalhadas no Anexo 1.

15. Propriedade para investimento: determinação se um ativo deve ser classificado como propriedade para investimento; e

26. Ativos e passivos mantidos para venda: determinação se um ativo deve ser classificado como mantido para venda.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal são incluídas nas notas explicativas:

3.9. Testes de redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;

8.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;

9.2. Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;

14. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;

18. Provisão para custos civis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;

19. Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e

23. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Base de consolidação

Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e controle transferido para o grupo.

A Companhia mensura a aquisição como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na empresa adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que incorridos.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos.

Controladas e controladas em conjunto

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetá-los esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações financeiras de controladas são consolidadas de forma integral com destaque da participação de não controladores, cuja participação nas controladas não seja integral.

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resulte em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada,

continuação

Demonstrações Financeiras 2025

motiva.com.br

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Custo de transação na emissão de títulos de dívida
Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

3.7. Ativo imobilizado
Reconhecimento e mensuração
O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.
Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.
Quando partes de um item são mobilizadas em diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.
Depreciação
A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 13.
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.8. Ativos intangíveis
A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:
• Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados
São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.
• Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios
Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.
Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 14.
• Direito de exploração de infraestrutura - vide Item 3.16.
Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.
Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.9. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
Ativos financeiros não derivativos
O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.
As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).
As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.
Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros
Os ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.
A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade produtora de caixa.
Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reajulibrios contratuais.
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.
O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido líquido, sendo o maior entre o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágios não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são anuladas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança de estimativa de fluxo de caixa futuro, desde que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido calculado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10. Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que o custo retencido seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto de despesas financeiras com base nas informações disponíveis e em uma estimativa razoável de fluxo de caixa futuro.
As provisões para perdas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.
Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros
Os ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.
A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade produtora de caixa.
Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reajulibrios contratuais.
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.
O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido líquido, sendo o maior entre o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágios não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são anuladas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança de estimativa de fluxo de caixa futuro, desde que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido calculado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10. Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que o custo retencido seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto de despesas financeiras com base nas informações disponíveis e em uma estimativa razoável de fluxo de caixa futuro.
As provisões para perdas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.
Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros
Os ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.
A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade produtora de caixa.
Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reajulibrios contratuais.
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.
O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido líquido, sendo o maior entre o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágios não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são anuladas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança de estimativa de fluxo de caixa futuro, desde que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido calculado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10. Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que o custo retencido seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto de despesas financeiras com base nas informações disponíveis e em uma estimativa razoável de fluxo de caixa futuro.
As provisões para perdas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.
Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

3.11. Provisão de manutenção - contratos de concessão
As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação decorrente na data de apresentação.
A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.
Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentivadas ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.
A provisão de manutenção é avaliada com base nos fluxos de caixa previstos de caixa objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.12. Recitas e despesas financeiras
Recitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.
As despesas financeiras compreendem os juros, variáveis monetários e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.13. Benefícios a empregados
Planos de contribuição
Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações (benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.
3.14. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.
O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que não estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.
O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.
O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram aplicadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada à reversão de tais diferenças temporárias.
Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu entendimento quanto à adequação da provisão de imposto de renda.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.
Os impostos ativos diferidos são reconhecidos no resultado a menos que não estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.
O imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.
Os impostos ativos diferidos são reconhecidos no resultado a menos que não estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.
O imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.
Os impostos ativos diferidos são reconhecidos no resultado a menos que não estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

6.2. Ativos e passivos dos segmentos operacionais
2025 2024

	Ativos e Passivos	Operações descontinuidas	Operações em andamento	Operações descontinuidas	Operações em andamento
Ativos dos segmentos divulgáveis	33.332.098	21.150.597	4.033.285	12.497.890	71.013.870
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligações a controladas em conjunto	-	-	-	-	-
CAPEX	8.827.138	1.391.200	94.400	10.312.738	3.299.298
Passivos dos segmentos divulgáveis	(21.646.486)	(14.231.223)	(9.394.729)	(9.458.995)	(54.751.433)
a) Denominação do segmento "Mobilidade" foi alterada para "Trilhos". A BC Concessões manteve-se nesse segmento até 11 de fevereiro de 2025, quando encerrou suas operações;	-	-	-	-	-
b) Os valores incluem a Motiva, a SPCP e eliminações.	-	-	-	-	-
6.2. Ativos e passivos dos segmentos operacionais	3.744.448	1.367.066	(1.608.017)	(357.289)	3.146.208
	2.086.705	597.827	(1.372.917)	(191.172)	1.120.443

2025 2024

	Ativos e Passivos	Operações descontinuidas	Operações em andamento	Operações descontinuidas	Operações em andamento
Ativos dos segmentos divulgáveis	33.332.098	21.150.597	4.033.285	12.497.890	71.013.870
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligações a controladas em conjunto	-	-	-	-	-
CAPEX	8.827.138	1.391.200	94.400	10.312.738	3.299.298
Passivos dos segmentos divulgáveis	(21.646.486)	(14.231.223)	(9.394.729)	(9.458.995)	(54.751.433)
a) Denominação do segmento "Mobilidade" foi alterada para "Trilhos". A BC Concessões manteve-se nesse segmento até 11 de fevereiro de 2025, quando encerrou suas operações;	-	-	-	-	-
b) Os valores incluem a Motiva, a SPCP e eliminações.	-	-	-	-	-

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	2024	2024
Caixa e bancos	354	457
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	854.234	462.557
Total	854.588	463.014

Aplicações financeiras

	2025	2025	2024	2024
Caixa e bancos	354	457	60.200	405.619
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	854.234	462.557	3.591.344	3.782.286
Total	854.588	463.014	3.651.544	4.187.905

Aplicações financeiras

	2025	2025	2024	2024
Caixa e bancos	354	457	60.200	405.619
Aplicações financeiras (a)	1.437.976	1.445.785	4.015.345	2.204.382
Conta reserva (b)	-	7.727	271.727	316.583
Não circulante	-	-	155.437	214.124
Conta reserva (b)	-	-	155.437	214.124
Total	1.437.976	1.445.785	4.442.709	2.735.066

a) Aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,30% do CDI, equivalente a 14,50% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (99,75% do CDI, equivalente a 10,85% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).
b) Destina a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a empréstimos e debêntures (notas explicativas nº 16 17).

8. Contas a receber - Consolidado

	2025	2024
8.1. Contas a receber líquidas	2.207.208	2.231.891
Circulante	905.922	1.117.955
Provisão para perda esperada (b)	(8.011)	(20.624)
Contas a receber dos Poderes Concedentes (c)	1.309.297	1.134.560
Não circulante	5.578.303	5.607.098
Contas a receber das operações (a)	48.788	52.046
Contas a receber dos Poderes Concedentes (c)	5.529.515	5.555.052
Total	7.785.511	7.838.989

a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: receitas aeroportuárias, acessórias, de pedágio, aquaviárias e metroviárias;
b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). No que tange aos valores a serem recebidos dos Poderes Concedentes, não há provisão para perda esperada. A Administração considera reduzido o risco de crédito do contas a receber dos Poderes Concedentes, em função da ausência de histórico de não recebimento; e
c) Créditos a receber dos Poderes Concedentes referentes a aporte, reajulibrios, recomposições, contraprestações pecuniárias fixas e variáveis, mitigação de demanda, indenizações de custos operacionais e bens reversíveis e indenizáveis para os negócios afetados da Companhia, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

2024 2024

	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração (g)	Transferência	Outros	Saldo final
Circulante	1.932.832	47.043	(980.581)	4.837	1.066.700	-	1.784.298
Aporte (a)	17.832	-	-	-	-	-	17.832
Reequilíbrio (b)	203.974	47.043	(980.581)	4.837	1.066.700	-	341.973
Contraprestação pecuniária fixa (a)	184.808	47.043	(826.586)	4.837	932.141	-	341.973
ViaQuatro	184.808	47.043	(826.586)	4.837	932.141	-	341.973
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	19.166	-	(153.725)	-	134.559	-	-
Contraprestação pecuniária variável (a)	28.562	144.369	(130.382)	2.310	506.771	(12.272)	640.601
VLT Carioca	20.818	45.023	(33.578)	-	-	-	42.563
Metrô Bahia	330.468	1.212	(298.601)	2.310	281.929	(6.988)	262.739
Contraprestação pecuniária variável (a)	28.562	144.369	(130.382)	2.310	506.771	(12.272)	640.601
VLT Carioca	20.818	45.023	(33.578)	-	-	-	42.563
Metrô Bahia	330.468	1.212	(298.601)	2.310	281.929	(6.988)	262.739
Reajuste tarifário (e)	4.261	-	-	-	-	-	4.261
BC Concessões	4.261	-	-	-	-	-	4.261
Reequilíbrio por ajuste tarifário (h)	-	33.324	(21.237)	-	-	(558)	11.529
BC Concessões	-	33.324	(21.237)	-	-	(558)	11.529
Estudos de viabilidade (f)	45.601	-	(17.480)	-	-	-	19.981
ViaQuatro	26.388	-	(17.480)	-	-	-	8.408



continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Créditos a receber do Poder Concedente, decorrente de cláusula de mitigação de risco de demanda, em razão da demanda realizada ser menor em comparação à projetada, conforme anexo n.º 8 do contrato de concessão. Do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2025, R\$ 39.575 é relativo ao 6º ano de operação plena (período de 1º de março de 2024 a 28 de fevereiro de 2025) e R\$ 155.007 é relativo aos 10 primeiros meses de apuração do 7º ano de operação plena (período de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2025);
(d) Créditos a receber dos Poderes Concedentes, decorrentes de cláusula de mitigação de risco de demanda: (i) ViaQuatro - Linhas 5 e 17 e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, os créditos possuem recebimentos ao longo do período subseqüente do ato gerador; e (ii) ViaQuatro teve os valores de mitigação a partir de julho de 2025, incluídos no reequilíbrio da fase II, contido no Termo Aditivo n.º 10;
(e) Indenização a receber do Poder Concedente relativa ao 4º quinquênio da BC Concessões, decorrente do Termo de Acordo homologado em 2 de março de 2023;
(f) Créditos a receber do Poder Concedente pelo ressarcimento de custos diretos e de gerenciamento incorridos com a elaboração dos Estudos de Viabilidade de 2024 a vantagem da inclusão de investimentos adicionais da ViaQuatro e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, conforme Termos Aditivos n.º 9 e 3, respectivamente;
(g) Remuneração dos créditos a receber dos Poderes Concedentes, decorrentes de juros e atualização monetária previstos nos contratos de concessão ou termos aditivos; e
(h) Reequilíbrio a receber do Poder Concedente em virtude de alteração de cobrança, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo n.º 01.

8.4. Aging do contas a receber líquidas

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	7.781.790	7.786.957
Créditos vencidos até 60 dias	3.100	28.635
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	631	23.387
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	1.419	5.794
Créditos vencidos há mais de 180 dias	6.592	14.830
Total	7.793.522	7.859.613

8.5. Cronograma de recebimento (não circulante)

Cronograma de recebimento (não circulante)	2025	2024
2027	899.795	748.990
2028	630.916	562.988
2029	543.892	521.805
2030	503.274	489.021
2031 em diante	3.000.436	3.284.294
Total	5.578.303	5.607.098

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora	2024	Consolidado	2024 (Reapresentado)
Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.178.549	1.250.710	4.144.115	2.149.860
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(1.080.707)	(425.241)	(1.408.999)	(470.952)
Eleito tributário das adições e exclusões permanentes	-	-	-	-
Equivalência patrimonial (a)	1.401.112	641.105	27.030	24.169
Despesas indedutíveis	(1.742)	(3.083)	(22.315)	(29.550)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(11.308)	(5.839)	(14.763)	(9.025)
Juros sobre capital próprio	(216.605)	(136.965)	(792)	(2.134)
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	-	-	50.738	48.134
Lucros auferidos no exterior	25	396	25	396
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(52.832)	(77.535)	(79.518)	(331.434)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	5.976	4.977	11.396	9.905
Constituição de imposto diferido em decorrência da repectação - Pantanal	-	-	486.476	-
Outros ajustes tributários (b)	-	-	47.425	(6.926)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	43.919	(2.015)	(997.907)	(1.029.417)
Impostos correntes	-	-	(1.376.346)	(1.256.506)
Impostos diferidos	43.919	(2.015)	378.439	227.089
Alíquota efetiva de impostos	1,38%	0,16%	24,08%	47,88%

(a) Os valores estão líquidos da amortização do direito de concessão gerado nas aquisições de participação adicional na ViaQuatro e VLT Carioca, e (b) Refere-se, principalmente, à diferença de alíquotas de impostos sobre o resultado dos demais países em que as investidas estão localizadas.

9.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora	2024	Consolidado	2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2025	2024	2025	2024
Ativo	75.358	80.446	3.060.276	3.404.789
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	64.370	64.370	2.575.617	2.530.246
Provisões (b)	9.896	15.083	390.882	539.170
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017 - Pantanal	-	-	-	73.990
Ressarcimento de custos - BC Concessões	-	-	4.964	4.755
Ajuste a valor presente	-	-	328	122.174
Operação assistida	-	-	4.732	5.696
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	1.061	963	25.330	19.540
Receita de construção (extrapolação de tributos sobre contraprestação pecuniária)	-	-	4.149	3.172
Varição cambial	4	-	312	7.920
Provisão TAC - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	-	-	37.563	50.858
Lucro não realizado - Empresas do exterior	-	-	16.399	27.485
Diferença critério de amortização fiscal versus contábil	-	-	-	20.383
Outros	27	30	-	-
Compensação de imposto ativo	(75.358)	(80.446)	(1.836.087)	(1.983.917)
Impostos ativos após compensação	(279.396)	(277.566)	(1.224.189)	(1.420.872)
Passivo	(4.610.384)	(4.610.384)	(4.490.964)	(4.490.964)
Receita de reequilíbrio - AutoBAn (c)	-	-	(1.434.106)	(1.518.320)
Receita de remuneração dos valores a receber dos Poderes Concedentes	-	-	(1.403.299)	(1.030.584)
Capitalização de juros	-	-	(889.533)	(786.902)
Receita de reequilíbrio - ViaQuatro e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	-	-	(445.945)	(688.842)
Receita de concessão gerado na remuneração de participação societária	(107.055)	(114.776)	(107.055)	(114.776)
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (d)	-	-	(60.076)	(87.399)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação societária	(74.141)	(67.634)	(74.141)	(67.634)
Custo de transação de empréstimos	(16.612)	(11.447)	(113.384)	(127.755)
Resultado de operações com derivativos	(73.471)	(76.457)	(18.844)	(61.182)
Ganho na renúnciação a valor justo na aquisição de participação societária	(4.894)	(4.894)	(4.894)	(4.894)
Valor justo com operações de hedge e debêntures	(3.223)	(2.358)	(5.846)	(2.685)
Outros	-	-	(33.325)	-
Compensação de imposto passivo	75.358	80.446	1.836.087	1.983.917
Impostos passivos após compensação	(204.038)	(197.120)	(2.774.297)	(2.507.047)
Imposto diferido líquido	(204.038)	(197.120)	(1.550.108)	(1.086.175)

	Controladora	2024	Consolidado	2024
Movimentação do imposto diferido	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	(197.120)	(195.105)	(1.086.175)	(1.378.227)
Reconhecimento no resultado	43.919	(2.015)	378.439	282.600
Reconhecimento no patrimônio líquido	(50.837)	-	(44.173)	13.312
Impostos diferidos sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	456	(710)
Ajuste acumulado de conversão	(42.771)	-	6.208	14.022
Adiantamento para futuro aumento de capital - SPVias	(8.066)	-	(42.771)	-
Ágio/Deságio em Transações de Capital	-	-	(8.066)	-
Movimentações patrimoniais	-	-	-	(3.860)
Alienação Samm	-	-	-	(3.132)
Compensação de parcelamentos com prejuízos fiscais e base negativas	-	-	-	(728)
Ressarcimento para ativos e passivos mantidos para venda	(204.038)	(197.120)	(1.550.108)	(1.086.175)
Saldo em 31 de dezembro	(204.038)	(197.120)	(1.550.108)	(1.086.175)

(a) Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

	Controladora	2025	Consolidado	2025
2026	-	-	-	-
2027	-	-	-	-
2028	-	-	-	-
2029	-	-	-	-
2030	-	-	-	-
2031 em diante	-	-	-	-
Total	64.370	64.370	1.903.351	2.575.617

(b) Provisões de manutenção, para riscos trabalhistas, tributários, fiscais, civis e contratuais, para participação nos resultados (PLR), para perda esperada - contas a receber e para programa de gratificação de longo prazo;

(c) IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na AutoBAn, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022; e

(d) Saldos de diferenças temporárias resultantes da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil).

Em 31 de dezembro de 2025, foram concluídas as avaliações de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas que estão constituídos, estando os saldos suportados por expectativa de resultados tributáveis futuros.

A Motiva e algumas investidas, principalmente CPC, RDN e VOE, não registraram ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, nos montantes de R\$ 3.707.578 e R\$ 3.917.669, respectivamente, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fossem registrados, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) seria de R\$ 1.279.485 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.477.364 em 31 de dezembro de 2024).

10. Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado

Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

	2025	2024
Circulante	125.459	127.371
ViaLagos	286	286
AutoBAn	51.595	51.595
VOE	-	-
RodoAnel Oeste	73.578	73.578
Não circulante	1.413.298	1.538.757
ViaLagos	5.740	6.026
AutoBAn	567.543	619.138
RodoAnel Oeste	840.015	913.593
Total	1.538.757	1.666.128

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 127.371 (R\$ 133.107 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

11. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos nesse período, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

11.1. Controladora

	2025	2024
Saldos	Controladoras	Controladas
Ativo	2.224.116	155.024
Adiantamento para futuro aumento de capital	42.810	42.810
Aplicações financeiras	-	258.428
Bancos conta movimento	-	91
Contas a receber	413.291	2.438
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.250.798	-
Mútuos	517.217	152.586
Outros créditos	-	136
Passivo	50.850	2.589
Adiantamento para futuro aumento de capital	909	287
Fornecedores e contas a pagar	12	2.589
Debêntures	-	45
Dividendos e juros sobre capital próprio	49.929	-
Outros débitos	-	45.620

(a) Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

	Controladora	2025	Consolidado	2025
2026	-	-	-	-
2027	-	-	-	-
2028	-	-	-	-
2029	-	-	-	-
2030	-	-	-	-
2031 em diante	-	-	-	-
Total	64.370	64.370	1.903.351	2.575.617

(b) Provisões de manutenção, para riscos trabalhistas, tributários, fiscais, civis e contratuais, para participação nos resultados (PLR), para perda esperada - contas a receber e para programa de gratificação de longo prazo;

(c) IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na AutoBAn, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022; e

(d) Saldos de diferenças temporárias resultantes da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil).

Em 31 de dezembro de 2025, foram concluídas as avaliações de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas que estão constituídos, estando os saldos suportados por expectativa de resultados tributáveis futuros.

A Motiva e algumas investidas, principalmente CPC, RDN e VOE, não registraram ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, nos montantes de R\$ 3.707.578 e R\$ 3.917.669, respectivamente, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fossem registrados, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) seria de R\$ 1.279.485 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.477.364 em 31 de dezembro de 2024).

10. Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado

Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

	2025	2024
Circulante	125.459	127.371
ViaLagos	286	286
AutoBAn	51.595	51.595
VOE	-	-
RodoAnel Oeste	73.578	73.578
Não circulante	1.413.298	1.538.757
ViaLagos	5.740	6.026
AutoBAn	567.543	619.138
RodoAnel Oeste	840.015	913.593
Total	1.538.757	1.666.128

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 127.371 (R\$ 133.107 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

11. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos nesse período, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

11.1. Controladora

	2025	2024
Saldos	Controladoras	Controladas
Ativo	2.224.116	155.024
Adiantamento para futuro aumento de capital	42.810	42.810
Aplicações financeiras	-	258.428
Bancos conta movimento	-	91
Contas a receber	413.291	2.438
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.250.798	-
Mútuos	517.217	152.586
Outros créditos	-	136
Passivo	50.850	2.589
Adiantamento para futuro aumento de capital	909	287
Fornecedores e contas a pagar	12	2.589
Debêntures	-	45
Dividendos e juros sobre capital próprio	49.929	-
Outros débitos		



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025		2024		2025		2024	
	Ativo Circulante e Não Circulante	Passivo Circulante e Não Circulante	Ativo Circulante e Não Circulante	Passivo Circulante e Não Circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total das receitas brutas do líquido do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do líquido do exercício
Controladas								
VOE	973.614	226.747	746.867	387.357	431.787	(44.300)	303.562	29.781
Viç Cariova	2.693.404	1.688.885	1.004.519	2.623.150	2.121.892	501.258	382.469	(61.990)
Do Exterior (*)								
Aeris Holding Costa Rica	1.242.526	1.224.266	18.260	1.004.088	1.167.068	(162.980)	520.378	166.185
Aeroperueros	-	10.935	(10.935)	-	90.321	(90.321)	-	70.629
CAI	241.630	12.249	229.381	232.524	13.785	218.739	-	38.234
CAE	515.953	274.323	241.630	346.430	346.430	232.524	416.437	38.234
CARE	-	6.716	(6.711)	-	7.558	(7.552)	-	-
CCR Costa Rica	22.008	12.542	9.466	24.769	103.603	(78.834)	-	81.015
CCR Costa Rica Concessões y Participaciones	23.963	12.543	11.420	29.397	103.604	(74.207)	-	78.824
CCR España Concessões	598.134	13.316	584.818	589.831	104.315	485.516	-	169.072
CCR España Empreendimentos	498.632	26.213	472.419	849.727	28.895	820.832	-	160.718
CCR USA	19.334	-	19.334	21.394	-	21.394	-	331
Desarrollos	1	13.481	(13.480)	-	111.360	(111.360)	-	87.081
Green Airports	310.801	1.328	309.473	332.266	1.053	331.213	-	15.396
IBSA	-	148	(147)	666	811	(145)	-	(2)
IBSA Financial	-	-	-	668	(669)	(67)	-	-
Icon	56	16	40	19	82	(67)	-	(463)
Quipout Holdings	332.118	69	332.049	647.335	213	647.122	-	148.968
MJH	-	-	-	-	-	-	-	1.013
SJT Holding	338.737	11.918	326.819	382.240	100.474	281.766	-	77.894
Terminal	44.021	670	43.351	49.940	44.013	4.927	-	4.921
Subtotal	72.409.558	48.667.398	23.832.180	67.877.424	43.313.724	19.565.700	22.800.228	5.430.930
Controladora	25.440.479	9.649.227	15.791.252	20.591.688	8.982.797	13.608.891	92.926	3.279.585
Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas	12.497.980	9.458.995	3.038.895	-	-	(3.007.877)	(357.289)	33.129
Eliminações	(39.424.057)	(13.044.187)	(26.378.870)	(24.372.013)	(5.201.508)	(19.170.505)	(4.849.728)	(103.317)
Total	61.013.870	54.731.433	16.262.437	59.097.099	45.095.013	14.402.086	19.768.343	3.503.497

(*) Classificado como ativo mantido para venda

12.4. Informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto
Os valores apresentados a seguir não consideram o percentual de participação da Motiva, ou seja, referem-se a 100% das informações financeiras dos empreendimentos controlados em conjunto.

	2025		2024	
	ViaRio	Renovias	ViaRio	Renovias
Balanco patrimonial resumido	138.975	191.389	138.975	191.389
Ativo circulante	61.575	52.897	61.575	52.897
Caixa e equivalentes de caixa	77.400	138.492	77.400	138.492
Outros ativos	840.973	39.126	840.973	39.126
Ativo não circulante	979.948	239.515	979.948	239.515
Total Ativo	106.691	117.000	106.691	117.000
Passivos financeiros (a)	77.411	-	77.411	-
Outros passivos	23.280	113.700	23.280	113.700
Passivo não circulante	823.122	7.755	823.122	7.755
Total Passivo	56.135	109.060	56.135	109.060
Patrimônio líquido	50.556	8.940	50.556	8.940
Total do passivo e patrimônio líquido	106.691	117.000	106.691	117.000

	2025		2024	
	ViaRio	Renovias	ViaRio	Renovias
Balanco patrimonial resumido	648.570	55.342	31.998	127.418
Ativo circulante	258.570	28.914	4.210	2.951
Caixa e equivalentes de caixa	390.000	26.428	27.788	124.467
Outros ativos	4.450.488	1.894	3.361.828	862.614
Ativo não circulante	5.099.058	57.236	15.988	1.132.289
Total Ativo	479.659	370	13.754	333.670
Passivos financeiros (a)	9.308	-	209.681	31.270
Outros passivos	470.351	370	13.754	123.889
Passivo não circulante	3.255.375	16.348	2.152.189	1.004.246
Total Passivo	3.182.293	-	2.152.189	935.715
Patrimônio líquido	1.364.024	56.866	1.896	3.387
Total do passivo e patrimônio líquido	5.099.058	57.236	31.998	2.489.244

	2025		2024	
	ViaRio	Renovias	ViaRio	Renovias
Demonstração do resultado resumida	216.403	749.230	216.403	749.230
Receitas	(34.591)	(39.707)	(34.591)	(39.707)
Depreciação e amortização	22.386	26.155	22.386	26.155
Recargas financeiras	(150.913)	(11.415)	(150.913)	(11.415)
Resultado de operações antes dos impostos	(6.998)	317.050	(6.998)	317.050
IR e CS	2.765	(104.300)	2.765	(104.300)
Resultado de operações	(5.328)	212.750	(5.328)	212.750
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(5.328)	212.750	(5.328)	212.750

	2025		2024	
	ViaRio	Renovias	ViaRio	Renovias
Demonstração do resultado resumida	193.731	232.567	193.731	232.567
Receitas	(34.331)	(56.613)	(34.331)	(56.613)
Depreciação e amortização	21.920	3.619	21.920	3.619
Recargas financeiras	(132.884)	(1.671)	(132.884)	(1.671)
Resultado de operações antes dos impostos	(15.095)	225.574	(15.095)	225.574
IR e CS	5.034	(30.279)	5.034	(30.279)
Resultado de operações	(10.004)	195.295	(10.004)	195.295
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(10.004)	195.295	(10.004)	195.295

12.5. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão
A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões dos contratos de concessão. No contexto das concessões em geral, processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre as concessionárias e os Poderes Concedentes (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de natureza diversa sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação administrativa, em 27 de outubro de 2021, o Controlador-Geral do Estado do Paraná proferiu decisão impondo penalidades à RDN, consistentes de multa, no valor histórico de R\$ 75.582 (na data-base outubro de 2021), suspensão do direito de contratar e licitar com o Estado do Paraná pelo prazo de 2 anos e publicação extraordinária da decisão. Contra essa multa, em 8 de novembro de 2021, a RDN interps recurso administrativo, com efeito suspensivo. Em 22 de outubro de 2025, a RDN foi intimada pela decisão proferida pelo Controlador-Geral do Estado, que determino o arquivamento processo, sem o pagamento da multa indicada acima. Em razão disso, o processo não será mais reportado nas futuras demonstrações financeiras.

12.5.1. Processos em andamento
12.5.1.1. RDN
A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões dos contratos de concessão. No contexto das concessões em geral, processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre as concessionárias e os Poderes Concedentes (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de natureza diversa sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação administrativa, em 27 de outubro de 2021, o Controlador-Geral do Estado do Paraná proferiu decisão impondo penalidades à RDN, consistentes de multa, no valor histórico de R\$ 75.582 (na data-base outubro de 2021), suspensão do direito de contratar e licitar com o Estado do Paraná pelo prazo de 2 anos e publicação extraordinária da decisão. Contra essa multa, em 8 de novembro de 2021, a RDN interps recurso administrativo, com efeito suspensivo. Em 22 de outubro de 2025, a RDN foi intimada pela decisão proferida pelo Controlador-Geral do Estado, que determino o arquivamento processo, sem o pagamento da multa indicada acima. Em razão disso, o processo não será mais reportado nas futuras demonstrações financeiras.

12.5.1.2. VOE Concessões (nova razão social da ViaOeste)
a) Marginais Castello - ampliações por nível de serviço SP-280 - km 23 a 32 - Processo ARTESP-PRC-2021/04123
O contrato de concessão estabelece que é obrigação da concessionária realizar ampliações da infraestrutura às suas custas para solucionar aumento do nível de serviço de tráfego, exceto quando se verifica a ocorrência de interferência urbana, hipótese em que será obrigação do Poder Concedente promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
Desde 2004, o segmento da rodovia, entre os km 23 e 32, tem demonstrado saturação, gerando assim discussão ainda não finalizada entre a concessionária e o Poder Concedente sobre o impacto da interferência urbana no nível de serviço, bem como, pelo Poder Concedente, a apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, em seu favor, decorrente de suposto atraso da concessionária na execução das obras de melhorias relacionadas ao nível de serviço. O processo segue em fase administrativa. b) Sistema semiautomático de pedágio - Processo SEI 134.0005070/2023-98
O contrato de concessão estabelece a obrigação das concessionárias VOE, AutoBA, Renovias e RodAnel Oeste implantarem a modalidade de pagamento semiautomático (com cartão sem contato) no 1º ano de concessão (em 1998). Embora a implementação do sistema dependesse de regulamentação, que só foi editada em 2018, o Poder Concedente sustentava haver um desequilíbrio em seu favor, entendendo que é contestado pelas concessionárias. No entanto, no decorrer de 2025, a diretoria de operações da ARTESP proferiu despacho que reconheceu: (i) ausência de parâmetros técnicos da ARTESP para implementação do sistema de Arrecadação Semiautomático (SAS); e (ii) obsolescência da tecnologia, propondo equivalência de funcionalidade com pagamento por meio de cartão bancário por aproximação. Esse despacho foi confirmado em deliberação colegiada da ARTESP, publicada em 28 de janeiro de 2026, que reconheceu a inexistência de equilíbrio em favor do Poder Concedente.

12.5.1.3. RodAnel Oeste
a) Ação Popular nº 0119383-89.2017.8.26.0053 - Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo
Trata-se de Ação Popular em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e de seus acionistas do RodAnel Oeste, Motiva e Encalco Construções Ltda. (Encalco), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008. Após tramitação judicial, o processo foi anulado desde a citação a fim de que o autor emende a petição inicial. Em 16 de setembro de 2021, o autor popular foi intimado a emendar a petição inicial para incluir no polo passivo agentes públicos e demais pessoas físicas, que, no entender do autor popular, seriam responsáveis pelos atos considerados inválidos. Em 24 de janeiro de 2024, foi proferido despacho determinando que o autor emende a ação, sob pena de extinção. Em 27 de maio de 2025, foi determinada a publicação dos editais previstos na lei da ação popular, a fim de que, no prazo de 90 dias, qualquer cidadão ou representante do Ministério Público possa promover o seu prosseguimento. Transcorrido o prazo estipulado, aguarda-se a extinção do feito. b) Processo nº 1019383-89.2017.8.26.0053 - Reajuste Tarifário de 2013
O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; e (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar.

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) autorização do Conselho Diretor da ARTESP, em 27 de julho de 2013, para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referidos aos meses de julho, agosto e setembro de 2013; e (iii) decisão do Conselho Diretor da ARTESP, em 14 de dezembro de 2013, para prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta. Como as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro pelo não repasse do reajuste tarifário definido em 2013, o RodAnel Oeste, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em 25 de abril de 2019, foi proferida sentença julgando procedente o pedido do RodAnel Oeste a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reembolso da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014. Em 1º de outubro de 2024, foi proferido acórdão convertendo o julgamento da apelação do Estado em diligência para complementação da prova pericial em 1º grau. Em 28 de agosto de 2025, o perito apresentou os esclarecimentos complementares. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação.

12.5.1.4. AutoBA
a) Ação de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053
Em 28 de agosto de 2002, foi ajuizada a ação civil pública de Improbidade Administrativa pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) visando à declaração de nulidade da concorrência n.º 07/CIC/97 e do correspondente contrato de concessão. Após a apresentação das contestações, em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a prescrição intercorrente. Em 20 de março de 2018, o MP/SP interps o recurso de apelação, ao qual foi dado provimento em 12 de junho de 2019, para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos a 1ª instância, para que seja apreciada a necessidade de eventual produção de provas e para a apreciação do mérito da ação. Tendo o processo retornado à 1ª instância em 2 de agosto de 2021, foi aberto prazo para as empresas rés se manifestarem acerca de petições do MP/SP, o qual, em síntese, apresentou seu interesse na produção de prova pericial e testemunhal, bem como entendeu necessário que as partes se manifestassem sobre a abertura de procedimento de resolução consensual do processo, ao qual as empresas rés se manifestaram no sentido de inexistir interesse em tal resolução consensual do processo. Em 5 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu decisão afirmando prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso. Tanto o Ministério Público como a concessionária se manifestaram, tendo o Ministério Público juntado aos autos, cópia dos acordos celebrados com representantes legais de outras empresas. Em 7 de novembro de 2023, os Requeridos se manifestaram acerca dos documentos apresentados pelo Ministério Público nos autos. Em 8 de outubro de 2024, foi proferida decisão determinando que o Ministério Público seja intimado a se manifestar quanto ao interesse em firmar acordo de não persecução civil. Em 7 de novembro de 2024, o Ministério Público informou que não tem interesse em firmar acordo e, na oportunidade, requereu o prosseguimento com a definição das provas que deverão ser realizadas no processo. Em 22 de abril de 2025, foi proferida decisão determinando o início da fase de provas.

12.5.1.5. BC Concessões (nova razão social de Barcas)
a) Ação de rescisão de contrato de concessão nº 0431063-14.2016.8.19.0001
Ajuizada pela BC Concessões, pretende ver declarada a rescisão do contrato de concessão firmado originariamente entre a BC Concessões e o Estado do Rio de Janeiro em 12 de fevereiro de 1998 e cujo objeto consiste na exploração, por 25 anos, do serviço público de transporte aquaviário de passageiros e veículos. A ação tramitou em 1ª instância, com desdobramentos diversos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até, em 2 de fevereiro de 2023, a Barcas e o Estado do Rio de Janeiro celebraram acordo para encerrar diversos litígios entre si e para disciplinar a transição da concessão de transporte aquaviário até a realização de nova licitação, informado por meio do Fato de Relevante do dia 3 de fevereiro de 2023. Esse acordo foi homologado em 2 de março de 2023, com a consequente extinção do processo. O Ministério Público interps recurso de apelação, o qual foi desprovido, em 6 de junho de 2024. Em 29 de novembro de 2024, o Ministério Público interps recurso especial, que aguarda julgamento.

Proposta pelo Ministério Público em 19 de janeiro de 2004, em face do Estado do Rio de Janeiro e da BC Concessões, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro, requerendo a rescisão do contrato de concessão firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a BC Concessões, e a realização de novo procedimento licitatório. Após juntada em 11 instância, em 9 de maio de 2017, foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro dando provimento ao recurso de apelação do Ministério Público e declarando a anulação do contrato de concessão. Os Recursos Especiais interpostos por BC Concessões e pelo Estado do Rio de Janeiro ficaram pendentes de apreciação no Superior Tribunal de Justiça até a formalização, em 2 de fevereiro de 2023, de acordo entre BC Concessões e o Estado do Rio de Janeiro para encerrar diversos litígios entre si e para disciplinar a transição da concessão de transporte aquaviário em 3 de fevereiro de 2023. Em razão do acordo, a BC e o Estado do Rio de Janeiro apresentaram pedido de desistência dos recursos especiais, tendo havido a homologação e trânsito em julgado do acórdão. Em 22 de novembro de 2024, foi proferido despacho determinando a suspensão do processo até o encerramento da ação de rescisão do contrato de concessão. c) Ação Popular nº 0120322-27.2012.8.19.0001
Em 28 de março de 2012, foi ajuizada em face do Estado do Rio de Janeiro, BC Concessões, Motiva, CPC e outros, requerendo: i) a declaração de nulidade da tarifa ocorrida em 2012; ii) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS; iii) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da concessionária e abertura de nova licitação; iv) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao do reajuste. Em 14 de julho de 2015, foi prolatada sentença de procedência parcial dos pedidos. As rés BC Concessões, Motiva e CPC interuseram recursos de apelação, os quais foram providos, em 29 de janeiro de 2025, tendo sido reconhecida a improcedência da ação popular. Em 17 de julho de 2025, o autor popular interps recursos especial e extraordinário, os quais não foram admitidos em 4 de setembro de 2025. Em 3 de outubro de 2025, foram interpostos agravos pelo autor popular aos Tribunais Superiores, que aguardam julgamento.

12.5.1.6. ND
a) Processo nº 5026377-67.2019.4.03.6100 - Remuneração de Projetos Executivos
Em 3 de dezembro de 2019, a ND ajuizou ação declaratória perante a Justiça Federal de São Paulo contra a União Federal e a ANTT visando ao reequilíbrio parcial do contrato de concessão para afastar suposta ilegalidade enfrentada desde a edição, pela ANTT, da Portaria n.º 161/17, que autorizou a antecipação de 50% da remuneração devida com os custos de elaboração dos projetos executivos pendentes de aprovação pela ANTT. Após tramitação judicial, em 8 de abril de 2022, a ND protocolou junto à ANTT um pedido formal de proposta de acordo no processo judicial, posteriormente celebrado, mas ainda pendente de homologação judicial. Em 1º de outubro de 2024, o acórdão assinado pelas partes foi juntado aos autos pela ANTT. Em 25 de abril de 2025, foi proferida sentença homologando o acordo firmado com a ANTT e extinguindo o processo. Em razão disso, o processo não será mais reportado nas futuras demonstrações financeiras. b) Processo nº 5016911-49.2019.4.03.6100 - Tolerância de peso
Em 13 de setembro de 2019, a ND ajuizou ação declaratória contra a União Federal e a ANTT perante a Justiça Federal de São Paulo visando à recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do seu contrato de concessão, em razão de alterações ocorridas na legislação desde 1999, que majoraram os custos com a manutenção do pavimento. Em 3 de junho de 2025, foi protocolada petição solicitando a suspensão do feito por 180 dias para tentativa de acordo entre as partes. c) Processo nº 50500.016099/2021-31 - Haveres e Deveres
Em 25 de fevereiro de 2021, a ANTT instaurou o Processo SEI n.º 50500.016099/2021-31 para apurar haveres e deveres do contrato de concessão PG-137/95-00, firmado com a ND. A instrução processual foi concluída por meio da Deliberação n.º 162, de 14 de junho de 2024, resultando na apuração de haveres e deveres em destavo da ND, no valor de R\$ 128.263 (na data-base setembro de 2024).
A ND manifestou interesse quanto ao caráter definitivo do acerto de contas resultante do Processo SEI 50500.016099/2021-31, especialmente sob o fundamento de que, além de não concordar com as decisões exaradas pela Agência Reguladora na totalidade dos processos administrativos apreciados, as ações judiciais cuja controvérsia gira em torno da discussão de créditos regulatórios e que ainda não transit



continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível e infraestrutura em construção - Consolidado

	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Cessão de fibra óptica e conectividade	Intangível Transmissão de dados de radiofrequência	Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2024	24.240.595	71.022	-	-	1.037.133	-	25.428.351	5.792.558	31.221.289
Adições	-	-	106	17	-	79.601	113.934	6.319.276	6.433.333
Baixas	(44.814)	(253)	-	-	-	-	(45.067)	-	(45.067)
Transferências	6.153.155	20.133	-	-	-	(18.180)	6.155.108	(6.155.108)	-
Reclassificação entre Imobilizado e Intangível	-	-	-	-	-	(12.721)	-	-	(12.721)
Reclassificações para ativos mantidos para venda	(224.069)	2.305	-	-	(140.039)	-	-	-	(361.803)
Reclassificação do contas a receber dos Poderes Concedentes	(24.087)	919	-	-	-	1.358	328.273	226	328.499
Reclassificação para contas a receber dos Poderes Concedentes	(24.087)	-	-	-	-	-	(24.087)	(61.642)	(85.729)
Amortização (e)	(1.155.825)	(40.187)	(3.406)	(149)	(614)	-	(1.200.181)	-	(1.200.181)
Ajuste de conversão	208.538	296	-	-	29.145	-	237.981	48.281	286.262
Outros (e)	30.639	83	3.300	132	-	(4.382)	29.772	(13.793)	15.979
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.510.128	54.320	-	-	925.625	159.610	30.649.683	5.930.178	36.579.861
Custo	46.754.491	444.513	3	2.578.651	159.610	49.937.268	59.930.178	5.930.178	55.867.446
Amortização acumulada	(17.244.363)	(390.193)	(3)	-	(1.653.026)	-	(19.287.585)	-	(19.287.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.510.128	54.320	-	-	925.625	159.610	30.649.683	5.930.178	36.579.861
Adições (c)	2.781.635	-	-	-	-	109.143	2.890.778	6.613.371	9.504.149
Baixas	(2.524)	(134)	-	-	-	-	(2.658)	-	(2.658)
Transferências	5.066.532	59.712	-	-	-	(59.660)	5.066.584	(5.066.584)	-
Reclassificação entre Imobilizado e Intangível	-	-	-	-	-	(79.178)	-	-	(79.178)
Reclassificações para ativos mantidos para venda	63.296	-	-	-	-	63.296	-	400	63.696
Reclassificação para contas a receber dos Poderes Concedentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação para mantido para venda	(8.168.385)	(7.851)	-	(130.154)	-	(9.159)	(8.315.549)	(657.214)	(8.972.763)
Amortização	(1.236.293)	(37.661)	-	(97.185)	-	-	(1.371.139)	-	(1,371,139)
Outros (d)	(173.526)	83	-	-	-	-	(173.526)	(79.294)	(252.820)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.840.860	68.386	-	-	698.286	120.756	28.728.288	6.721.759	35.450.047
Custo	42.779.421	452.125	-	2.101.628	120.756	45.453.930	67.217.759	6.721.759	52.175.689
Amortização acumulada	(14.938.561)	(383.739)	-	(1.403.342)	-	-	(16,725,642)	-	(16,725,642)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.840.860	68.386	-	-	698.286	120.756	28.728.288	6.721.759	35.450.047

(a) Taxa média anual de amortização % Em 31 de dezembro de 2025 (a) 20 (b) (b) (a)

(a) Amortização pela curva de benefício econômico; (b) Amortização linear conforme prazo dos contratos; (c) Os principais valores de Exploração da Infraestrutura Concedida referem-se aos custos das outorgas da Rota Sorocabana e PRVIAs; (d) Trata-se, principalmente, de ressarcimento recebido do Poder Concedente pela empresa RioSP, referente a sinistro ocorrido na BR-101; e (e) Reclassificação mediante alienação da CPC. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 26.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Rodovias	RioSP								
Obras da BR-116 - Serra das Araras		1.987.090							
Obras da BR-116 - Região Rural de São Paulo		1.064.555							
Obras da BR-101 - Duplicação		350.560							
1ª intervenção de pavimento		138.832							
Obras da BR-116 - Região Metropolitana de São Paulo		101.006							
Obras de pavimento e duplicação da Rodovia BR-101 e BR-116		81.677							
Obras da BR-116 - Região Rural do Rio de Janeiro		76.597							
Obras de reforço e alargamento de OAE's		70.681							
Implantação de passarelas		31.118							
Desocupação da faixa de domínio		21.780							
Obras de recuperação de terraplenos e estabilização de taludes da rodovia		14.794							
Obras de edificações		12.132							
ViaSul		1.490.362							
Duplicação da BR-386 entre o km 324-100 e o km 340-400		1.082.681							
Implantação de faixas adicionais e vias marginais		207.487							
1ª Intervenção de pavimento		89.899							
Obras de melhoria na BR-386		86.515							
Implantação de passarelas, dispositivos de segurança e de sinalizações		21.780							
Rota Sorocabana		311.791							
1ª Intervenção de pavimento		184.792							
Implantação de Sistema Free Flow		43.533							
Projeto Free Flow		18.441							
Duplicação da SP-250		21.622							
Implantação base de serviço operacional		11.457							
Implantação posto serviço atendimento		9.907							
Recuperação e melhorias SP-079		7.428							
Implantação de faixas adicionais e vias marginais		5.381							
Obras de edificações		3.626							
Reforço e alargamento SP-079		2.987							
Pantanal		297.256							
Execução de obras e melhorias BR-163		248.279							
Projetos e licenciamento ambiental		23.530							
Pavimento flexível		15.640							
Implantação fornecimento de barreiras		8.318							
Melhoria na infraestrutura da sede		1.489							
ViaCosteira		261.075							
Implantação de marginais, adequações de faixas de aceleração e desaceleração, e passarelas		207.025							
1ª Intervenção de pavimento		42.919							
1ª Intervenção em obras de arte especiais		4.507							
Alargamento de obras de artes especiais		4.314							
Implantação de rotatórias		1.302							
Implantação posto de pesagem		976							
PRVIAs		244.278							
1ª Intervenção de pavimento		118.410							
1ª Intervenção de sinalização, faixa de domínio e obras de arte		52.058							
Implantação de caixa BR-376		7.405							
Implantação de duplicação		16.627							
Implantação de base operacional		14.818							
Implantação de praça de pedágio/Free Flow		8.530							
Melhorias na BR-376		2.602							
Recuperação de Sinistro na BR-376		2.283							
Melhorias na base operacional		2.113							
Melhorias na BR-369		991							
Desocupação de faixa de domínio		-							

16. Empréstimos e financiamentos

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
BH Airport (*)	BNDES (Subcrédito A e B)	USD + 4,5% a.a.	N/I	Dezembro de 2025	-	-	-	404.862 (g)
Bloco Central (*)	BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (b)	Dezembro de 2035	2.164	-	-	411.161 (c) (d) (e) (h)
Bloco Central (*)	BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos	6,0323% a.a.	6,4131% (b)	Julho de 2045	230	-	-	8.143 (k)
Bloco Central (*)	BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos	6,5594% a.a.	6,9531% (b)	Julho de 2045	3.593	-	-	127.194 (k)
Bloco Central (*)	BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 8,052378% a.a.	8,4241% (b)	Outubro de 2047	1.698	-	-	68.690 (d) (e) (j)
Bloco Central (*)	BNDES - FINEM I (Subcrédito B - 1º desembolso)	IPCA + 8,052378% a.a.	8,4850% (b)	Outubro de 2047	1.150	-	-	13.125
Bloco Sul (*)	BNDES - FINEM I (Subcrédito C - 1º desembolso)	IPCA + 8,252144% a.a.	8,7324% (b)	Outubro de 2047	4.899	-	-	146.685 (d) (e) (j)
Bloco Sul (*)	BNDES - FINEM I (Subcrédito C - 2º desembolso)	IPCA + 8,252144% a.a.	8,5313% (b)	Outubro de 2047	382	-	-	(d) (e) (j)
CAP (*)	Maduro and Curriel's Bank	USD + 4,2% a.a.	N/I	Março de 2032	-	-	-	209.059 (e)
Metro Bahia	BNDES - FINEM II (Subcrédito A e B)	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (b)	Outubro de 2042	43.108	19.016	2.566.598	2.562.914 (c) (e)
Metro Bahia	BNDES - FINEM II (Subcrédito A)	TJLP + 3,18% a.a.	N/I	Outubro de 2042	-	-	-	3.124 (c) (e)
Metro Bahia	BNDES - FINEM II (Subcrédito E)	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (b)	Outubro de 2042	13.085	6.641	701.770	699.264 (c) (e)
Metro Bahia	BNDES (Subcrédito C)	TJLP + 3,4% a.a.	3,4979% (b)	Outubro de 2042	8.871	7.955	435.472	434.775 (c) (e)
Pantanal	BNDES - FINEM I (Subcrédito A e R1)	TJLP + 2% a.a.	2,2338% (b)	Março de 2039	17.013	6.327	520.139	544.761 (c) (e) (g)
Pantanal	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,1918% (b)	Março de 2039	2.598	995	99.126	103.836 (c) (e) (g)
Pantanal	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,4844% (b)	Março de 2039	2.671	1.034	40.667	42.541 (c) (e) (g)
RioSP	BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso)	8,6848420% a.a.	9,2597% (b)	Fevereiro de 2047	5.125	4.014	112.639	104.733 (c) (e) (g)
ViaLagos (a)	JPMorgan Chase	USD + 5,88% a.a.	N/I	Junho de 2025	-	-	-	92.956 (i)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	BNDES - FINEM II (Subcrédito A)	IPCA + 7,91% a.a.	8,3342% (b)	Dezembro de 2048	6.286	5.601	218.314	208.119 (c) (e) (f) (j)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	BNDES - FINEM II (Subcrédito A)	IPCA + 7,91% a.a.	8,3297% (b)	Dezembro de 2048	20.218	18.021	708.049	675.009 (c) (e) (f) (j)
ViaSul	BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 4,60% a.a.	5,4367% (b)	Dezembro de 2044	4.725	3.564	83.084	78.044 (c) (e) (g)
ViaSul	BNDES - FINEM I (Subcrédito B - 1º desembolso)	IPCA + 4,60% a.a.	5,2196% (b)	Dezembro de 2044	1.150	4.014	112.639	104.733 (c) (e) (g)
ViaSul	BNDES - FINEM I (Subcrédito B - 2º desembolso)	IPCA + 4,60% a.a.	5,9391% (b)	Dezembro de 2044	5.336	4.312	55.352	51.112 (c) (e) (g)
ViaSul	BNDES (Capital de giro)	Pré 7,42% a.a.	N/I	Outubro de 2029	-	-	120.168	127.021 (k)
ViaSul	BNDES - FINEM I (Subcrédito B - 3º desembolso)	IPCA + 4,598216% a.a.	5,0599% (b)	Dezembro de 2044	1.113	1.067	32.460	(c) (e) (g)
ViaSul	BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 7,788% a.a.	8,2846% (b)	Dezembro de 2043	7.463	720	21.652	(c) (e) (g)
ViaSul	BNDES - FINEM I (Subcrédito B - 4º desembolso)	IPCA + 4,598216% a.a.	5,0861% (b)	Dezembro de 2044	4.522	4.419	130.730	(c) (e) (g)
ViaSul	BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 2º desembolso)	IPCA + 7,788% a.a.	8,2926% (b)	Dezembro de 2043	2.969	2.922	85.933	(c) (e) (g)
VLT Carioca	BNDES - FINEM I (Subcrédito A e C)	TJLP + 3,44% a.a.	3,8659% (b)	Novembro de 2035	18.490	5.214	775.010	799.994 (c) (d) (e) (f)
VLT Carioca	BNDES - FINEM I (Subcrédito B)	6,14% a.a.	N/I					

continuação

Demonstrações Financeiras 2025

motiva.com.br

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Cíveis, Administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Contratuais (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	103.085	150.930	60.560	71.167	385.742
Constituição	81.992	68.432	10.941	295	161.660
Reversão	(43.339)	(48.917)	(11.497)	(70.596)	(174.349)
Pagamentos	(91.312)	(54.769)	(15.004)	(118)	(161.203)
Atualização de bases processuais e monetária	9.667	15.605	2.518	-	27.790
Transferência para mantidos para venda	-	(34.443)	-	-	(34.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	60.093	96.838	47.518	748	205.197

(a) Da reversão de R\$ 70.596, o valor de R\$ 68.790 está relacionado à quitação não litigiosa de multas contratuais por meio da realização de investimentos, em função da assinatura do Termo Aditivo n.º 1 da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, conforme detalhado na nota explicativa n.º 1.1.1.a.

18.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Tributários (a) (b) (c)	1.497.839	1.591.276
Cíveis, administrativos e outros (d)	171.545	246.186
Trabalhistas e previdenciários	101.913	103.311
Total	1.771.297	1.940.773

Os principais processos relativos às questões tributárias são:

(a) R\$ 451.061 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 395.336 em 31 de dezembro de 2024) por supostos débitos de IRPJ e CSLL oriundos de despesas de amortização de ativo, sendo que para fins de garantia da parcial contestatória dos anos-calendários de 2014 a 2017, houve a apresentação de seguro, atualmente no valor de R\$ 215.750 (R\$ 202.255 em 31 de dezembro de 2024), e em relação aos anos-calendários 2018 em diante, os valores são objetos de depósito judicial, no valor total de R\$ 235.310 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 193.080 em 31 de dezembro de 2024). Aguarda-se a apreciação do Recurso de Apelação interposto pela Companhia em 9 de agosto de 2023, em face da sentença de improcedência da ação no que se refere à dedução fiscal.

(b) R\$ 235.298 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 217.126 em 31 de dezembro de 2024) por diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas, reduzido para R\$ 181.823 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 168.183 em 31 de dezembro de 2024). Em 11 de abril de 2024, ocorreu julgamento no CARF cancelando a exigência fiscal. Em 25 de junho de 2024, a PGN interps recurso especial e, em 10 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou suas contrarrrazes. Em 9 de setembro de 2025, o recurso foi rejeitado. Aguarda-se notificação.

(c) R\$ 368.099 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 465.733 em 31 de dezembro de 2024) por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2015 e 2016, decorrentes de glosas de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas. Em 11 de abril de 2024, ocorreu julgamento no CARF cancelando a exigência fiscal. Em 26 de junho de 2024, a PGN interps recurso especial e, em 1º de abril de 2025, a Companhia apresentou suas contrarrrazes. Em 9 de setembro de 2025, o recurso foi rejeitado. Aguarda-se notificação.

No que tange aos processos relativos às questões cíveis, administrativas e outros:

(d) O saldo em 31 de dezembro de 2025, é composto, substancialmente, por (i) autos de infração da RDN sobre discussões de atendimento aos níveis mínimos dos serviços de operação, conservação e manutenção, (ii) indenização por responsabilidade civil contra os concessionários da obra, e (iii) processos pulverizados de diversas naturezas. Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 21.175 (R\$ 20.216 em 31 de dezembro de 2024).

19. Provisão de manutenção - Consolidado

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	511.472	553.935	1.065.407
Constituição	327.619	191.674	519.293
Ajuste a valor presente	34.994	54.533	89.527
Transferências	373.724	(373.724)	-
Realização	(884.185)	-	(884.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	363.624	426.418	790.042

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024, para o cálculo do valor presente são de 11,43% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social
O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.126.100, composto por 2.020.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

20.2. Custos de captação
Nesta rubrica foram reconhecidos os custos de transação relativos aos processos de oferta pública de ações ocorridos em 2009 e 2017.

20.3. Transação com sócios

Referê-se a ganho em transação com sócios decorrentes de cessão de opção de compra de terreno e aquisição de mútuos.

20.4. Ação em transição de capital

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos decorrentes das mudanças na participação societária da controladora sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

20.5. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

20.6. Reserva para equalização de dividendos e investimentos

Referê-se à reserva constituída pela Companhia, tem como finalidade garantir recursos para (i) pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas; e (ii) realização de investimentos em seus negócios, de suas sociedades controladas e coligadas, inclusive por meio de aporte de capital.

20.7. Reserva de lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar constituída sobre o valor do dividendo mínimo obrigatório que exceder a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

20.8. Reserva de retenção de lucros

Constituída nos termos do artigo n.º 196 da Lei n.º 6.404/76. Essa retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CA), conforme Proposta da Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2026, previamente à deliberação sobre a destinação de resultados.

A proposta de orçamento de capital está justificada, substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

20.9. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 23 de abril de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO) o pagamento de dividendos adicionais do exercício de 2024, no montante de R\$ 319.928, correspondentes a R\$ 0,159141232 por ação ordinária em circulação, à conta do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. O pagamento foi realizado em 6 de maio de 2025.

Em 30 de junho de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos intermediários do exercício de 2025, no montante de R\$ 360.575, correspondentes a R\$ 0,179347034 por ação ordinária em circulação, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro de 2025 e 30 de junho de 2025. O pagamento foi realizado em 15 de agosto de 2025.

Em 5 de dezembro de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos intermediários do exercício de 2025, no montante de R\$ 294.244, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2025. O pagamento foi realizado em 19 de dezembro de 2025.

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício (controladora)	3.279.585	3.279.585
(-) Constituição de reserva legal	(163.978)	-
Lucro líquido ajustado	3.115.607	3.115.607
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	778.902	778.902
Complemento do destaque de dividendo mínimo obrigatório	(654.819)	-
Lucro líquido por ação - básico e diluído	(124.083)	(124.083)

20.10. Ajuste de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:

- Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.
- Hedge de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.
- Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido.

20.11. Lucro por ação básico e diluído

	Controladora	Consolidado
	2025	2025 2024 (Reapresentado)
Lucro das operações continuadas	3.010.487	2.904.235
Lucro das operações descontinuadas	269.098	375.350
Lucro líquido do exercício	3.279.585	3.279.585

	2025	2024
Denominador (em milhares)	2.010.408	2.010.408
Média ponderada de ações - básico	2.020.000	2.020.000
Média ponderada de ações - diluído	1.631.300	1.631.300
Lucro das operações continuadas	1.497.45	1.444.60
Lucro das operações descontinuadas	0.13385	0.11142
Lucro líquido por ação - diluído	1.62356	0.61817

	2025	2024
Lucro das operações continuadas	1.497.45	1.444.60
Lucro das operações descontinuadas	0.13385	0.11142
Lucro líquido por ação - básico e diluído	1.62356	0.61817

20.12. Ações em Tesouraria - Recompra de Ações

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 9.512.335 ações ordinárias de sua própria emissão mantidas em tesouraria, sendo que destas, 2.000 ações são anteriores aos programas de recompra mencionados acima.

20.13. Plano de Incentivo de Longo Prazo, Liquidável em Ações

Em 16 de abril de 2025, houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 2.308.697 ações, sendo 1.747.868 ações do plano regular e 560.829 ações do plano extraordinário;
- Data da outorga: 16 de abril de 2025;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,59;
- Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R\$ 11,46, R\$ 10,57 e R\$ 9,58, já para o plano extraordinário R\$ 10,06;
- Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e
- Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*.

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 2.308.697 ações, sendo 1.747.868 ações do plano regular e 560.829 ações do plano extraordinário, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R\$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

Os planos outorgados em exercícios anteriores mantêm as mesmas características divulgadas nas notas explicativas dos respectivos exercícios, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025 a entrega de 204.763 ações, o cancelamento de 367.273 ações em razão de desligamentos e a retenção de 56.211 ações para fins de recolhimento de IRRF, restando 3.525.302 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R\$ 32.403, relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025.

21. Receitas operacionais líquidas

	Controladora	Consolidado
	2025	2025 2024 (Reapresentado)
Receita bruta	92.926	77.167
Receitas de pedágio	-	9.673.167
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	-	4.960.113
Receitas metrorviárias	-	2.616.550
Receitas de remuneração de contas a receber dos Poderes Concedentes	-	661.576
Receitas acessórias	1.419	1.242
Receitas aquaviárias	-	11.309
Receitas de serviços de fibra óptica	-	3.148
Receitas de contraprestação pecuniária variável	-	99.545
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	91.507	75.925
Receita de reequilíbrio - ViaQuatro	-	3.564
Receita de reequilíbrio - SPVias	-	933.413
Receita de reequilíbrio - RiosSP	-	63.296
Reequilíbrio de isenções judiciais - RioSP	-	20.094
Receita de reequilíbrio - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	-	18.628
Receitas de contraprestação pecuniária - parcela B	-	45.023
Mitigação de risco de demanda projetada	-	369.351
Deduções das receitas brutas	(11.927)	(917.698)
Impostos sobre receitas	(11.927)	(8.962)
Abatimentos	-	(17.107)
Receita operacional líquida	80.999	61.998

22. Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
	2025	2025 2024 (Reapresentado)
Despesas financeiras	(1.255.493)	(1.401.299)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	(656.142)	(478.826)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	(136.949)	(154.173)
Variação cambial sobre empréstimos	-	-
Juros e variações monetárias	(1.323)	(351)
Perda com operações de derivativos	(261.729)	(617.283)
Juros sobre impostos parcelados, contribuições e multa com os Poderes Concedentes	-	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	(89.527)
Capitalização de custos dos empréstimos	-	680.062
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	(147.852)	(107.092)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(646)	(651)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(161)	(174)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(50.591)	(42.749)
Receitas financeiras	664.590	1.065.846
Variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos	36	9.971
Juros e variações monetárias	196.002	193.356
Ganho com operações de derivativos	268.700	298.837
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	63.715	428.480
Ajuste a valor presente - contratos	-	2.055
Rendimentos sobre aplicações financeiras	97.079	129.636
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	296	622
Juros e outras receitas financeiras	17.762	14.715
Resultado financeiro líquido	(611.903)	(335.653)

23. Instrumentos financeiros

23.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora	Consolidado
	2025	2025 2024
Ativo	4.888.920	4.692.604
Valor justo através do resultado	2.509.660	1.990.340
Caixa e bancos	354	457
Aplicações financeiras	2.292.210	1.900.613
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	217.096	81.507
Contas a receber de operações com derivativos	-	234.77
Valor justo através do resultado abrangente	-	408
Contas a receber de operações com derivativos	-	408
Custo amortizado	2.379.260	2.702.300
Contas a receber das operações	120	114
Dividendos e juros sobre capital próprio	415.729	330.919
Contas a receber de partes relacionadas	669.803	1.344.543
Mútuos com partes relacionadas	-	-
Títulos e valores mobiliários	42.810	161.039
AFAC - partes relacionadas	1.250.793	865.685
Dividendos e juros sobre capital próprio	(8.825.160)	(5.363.122)
Passivo	(3.028.942)	(6.114.488)
Valor justo através do resultado	(2.824.315)	(1.882.656)
Debêntures e notas comerciais (a)	-	(7.785.036)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (a)	-	(92.956)
Contas a pagar de operações com derivativos	-	(329.452)
Custo amortizado	(5.796.218)	(3.332.941)
Debêntures e notas comerciais (a)	(5.570.027)	(3.238.310)
Empréstimos e financiamentos (a)	-	(7.107.425)
Fornecedores e outras contas a pagar	(96.578)	(89.198)
Mútuos com partes relacionadas	-	-
Forneceores e contas a pagar a partes relacionadas	(4.048)	(3.954)
AFAC - partes relacionadas	(1.196)	(1.196)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(124.369)	(283)
Obrigações com os Poderes Concedentes	-	(11.344)
Total	(3.936.240)	(670.518)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado - A controlada ViaLagos captou empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), remunerado à variação do USD + 5,88% a.a., tendo sido contratado *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por CDI + 1,60% a.a. A Companhia entende que a mensuração desse empréstimo pelo valor justo (*fair value option*) resultaria em informação mais relevante e reduziria o descaçamento contábil no resultado, causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Em 26 de junho de 2025, ocorreu a liquidação do contrato de empréstimo.

Empréstimos, debêntures e notas comerciais mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025 2024
Empréstimos (a)	5.618.297	5.483.139
Debêntures e notas comerciais (a)	3.271.979	3.156.226

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Demonstrações dos fluxos de caixa

25.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram o caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	Controladora	2024	Consolidado	2024
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(42.771)	(2.212)	(122.088)	(2.212)
Ganhos de capital na alienação de investimentos	-	(2.212)	-	(2.212)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros e indenizações	-	-	(122.088)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(42.771)	-	-	-
Variações nos ativos e passivos:	(297.504)	2.212	173.907	397.039
Contas a receber dos Poderes Concedentes	-	-	19.098	85.729
Contas a receber de partes relacionadas	(6.891)	-	5.785	(38.499)
Tributos a recuperar	(46.658)	-	(3.099)	8.023
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	(273.955)	-	-	-
Despesas antecipadas e outros créditos	-	104.913	-	104.913
Alienação Stamm	-	(102.701)	-	(102.701)
Fornecedores	-	-	122.123	-
Ativo financeiro	-	-	-	339.574
Outras obrigações	30.000	-	30.000	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	340.275	-	(28.097)	(428.646)
Mútuos com partes relacionadas	(1.200.939)	-	-	-
Transação com sócios	213.998	-	(30.000)	-
Outros ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(428.646)
Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos	1.445.845	-	23.722	-
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	(118.229)	-	-	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	-	-	(23.722)	33.819
Aumentos/reduções de capital dos acionistas não controladores	-	-	(23.722)	-
Mútuos com partes relacionadas	-	-	-	33.819

25.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Controladora	Debitores e notas comerciais	Dividendos e juros sobre capital próprio	Operações com derivativos	Passivo de arrendamento	Ativos em tesouraria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.120.966)	(283)	(66.018)	(1.165)	120.491	(5.067.941)	(5.067.941)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(2.396.184)	974.747	71.516	1.755	-	(1.348.166)	(1.348.166)
Captações (líquidas dos custos de transação)	(3.100.580)	-	-	-	-	(3.100.580)	-
Pagamentos de principal	151.624	-	-	1.755	-	153.379	-
Pagamentos de juros	532.772	-	-	-	-	532.772	-
Dividendos pagos a Acionistas da Controladora	-	-	974.747	-	-	974.747	-
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	71.516	-	71.516	-
Outras variações que não afetam caixa	(877.192)	(1.098.833)	6.971	(3.107)	(17.375)	(1.989.536)	(1.989.536)
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(793.055)	-	-	-	-	(793.055)	-
Resultado das operações com derivativos e valor justo	(84.137)	-	6.971	-	-	(77.166)	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	(161)	-	(161)	-
Dividendos	-	(1.098.833)	-	-	-	(1.098.833)	-
Ações em tesouraria líquidas	-	-	-	-	-	(17.375)	-
Adições	-	-	-	-	(2.946)	(2.946)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(8.394.342)	(124.369)	12.469	(2.517)	103.116	(8.405.643)	(8.405.643)

	Consolidado	Empréstimos e financiamentos	Debitores e notas comerciais	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos e juros sobre capital próprio	Operações com derivativos	Passivo de arrendamento	Ativos em tesouraria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(7.937.116)	(26.941.627)	(230.591)	(167.002)	(393.195)	(132.793)	(23.377)	120.491	(34.705.120)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	1.584.065	(729.113)	-	974.747	(5.479)	132.793	22.339	-	1.933.691
Captações (líquidas dos custos de transação)	(627.654)	(12.514.507)	-	-	-	-	-	-	(13.142.161)
Pagamentos de principal	276.893	5.837.534	-	-	-	-	16.790	-	5.681.217
Pagamentos de juros	559.031	2.142.078	-	-	-	-	-	-	2.701.109
Dividendos pagos	-	-	-	974.747	54.005	-	-	-	1.028.752
Integralização de capital e plano de incentivo de longo prazo, líquido em ações	-	-	-	-	(63.962)	-	-	-	(63.962)
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	-	87.132	-	-	87.132
Operações descontinuadas	1.375.795	4.255.782	-	4.478	-	-	5.549	-	5.641.604
Outras variações que não afetam caixa	(754.374)	(3.482.526)	230.591	(1.206.508)	(92.511)	(48.696)	(25.880)	(17.375)	(5.377.279)

Composição da Diretoria

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES F. SETAS
Diretor Presidente

ANDRÉ GUSTAVO SALCEDO TEIXEIRA MENDES
Diretor Vice-Presidente de Negócios

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
Diretor Vice-Presidente de Negócios

PEDRO PAULO ARCHER SUTTER
Diretor Vice-Presidente de Inovação, Tecnologia, Risco e Sustentabilidade

ROBERTO PENNA CHAVES NETO
Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Relações Governamentais

RODRIGO ARAUJO ALVES
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

WALDO EDWIN PEREZ LESKOVAR
Diretor Vice-Presidente de Capex, SupplyChain e Serviços Compartilhados

RAQUEL CARDOSO DA SILVA
Diretora Vice-Presidente de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional

Composição do Conselho de Administração

JOÃO HENRIQUE BATISTA DE SOUZA SCHMIDT
Membro Efetivo (Presidente)

CLAUDIO BORIN GUEDES PALAIA
Membro Efetivo (Vice-Presidente)

ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT'ANNA
Membro Efetivo

EDUARDO BUNKER GENTIL
Membro Efetivo Independente

ELIANE ALEIXO LUSTOSA DE ANDRADE
Membro Efetivo Independente

JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE
Membro Efetivo Independente

LEONARDO DE MATTOS GALVÃO
Membro Efetivo

LUIZ CARLOS CAVALCANTI DUTRA JÚNIOR
Membro Efetivo

MATEUS GOMES FERREIRA
Membro Efetivo

ROBERTO EGYDIO SETUBÁL
Membro Efetivo

VICENTE FURELTI ASSIS
Membro Efetivo

Contadora

FABIA DA VERA CRUZ CAMPOS STANCATTI - CRC 15P19066/O-0

LEDA MARIA DEIRO HAHN

MARIA CECÍLIA ROSSI

PIEDEADE MOTA DA FONSECA

Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos

JORGE ROBERTO MANOEL - Coordenador

EDUARDO BUNKER GENTIL

ELIANE ALEIXO LUSTOSA DE ANDRADE

JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual de Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras"), do orçamento de capital e da proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, com base nas informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras, manifestam-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, bem como à proposta de orçamento de capital e de destinação de resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, que estão em plenas condições de serem votados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Piedade Mota da Fonseca

Leida Maria Deiro Hahn

Maria Cecilia Rossi

Relatório Anual do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("Companhia" ou "Motiva") - Exercício Social Findo em 31 de dezembro de 2025

O Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos ("CAC") da Motiva é órgão de caráter permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração cujos objetivos, entre outros, incluem supervisionar as atividades dos auditores independentes relativamente à sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; monitorar a qualidade e integridade de suas demonstrações financeiras e dos mecanismos de controles internos utilizados; avaliar e monitorar a exposição de riscos considerando a política de riscos adotada; monitorar a adequação do compliance em relação às políticas e normas estabelecidas e que a forma de gerenciamento empreendida esteja em consistência com as diretrizes estratégicas da Motiva.

Responsabilidades e formação atual do Comitê
O CAC, no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão e monitoramento definidas a partir da legislação aplicável, do Estatuto Social da Companhia, assim como das disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração da Motiva e seus Comitês de Assessoramento, baseia suas análises e avaliações para formar seu julgamento e suas opiniões considerando, principalmente, (i) as informações recebidas da Diretoria Executiva e dos Gestores, incluindo, entre outros os responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras; (ii) a estrutura de Compliance, de Riscos e Controles Internos e de Segurança Corporativa e Resiliência Empresarial; (iii) os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Companhia (incluindo os projetos conduzidos por auditores terceirizados); e (iv) os trabalhos realizados pelos Auditores Independentes. O CAC é composto por quatro membros independentes, sendo três membros conselheiros de administração e um coordenador externo e atende os requisitos de manutenção de um membro com experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme requerido pela Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021.

Atividades do CAC
O CAC possui Plano de Trabalho definido anualmente, com agenda temática preparada considerando os temas de maior relevância. A agenda do CAC incorpora, ao longo do ano, as solicitações advindas do Conselho de Administração, como, também, outras situações que se requeram, segundo a dinâmica e circunstâncias dos negócios da Companhia. Ao longo do período de janeiro de 2025 até a data deste relatório, o CAC se reuniu em 20 (vinte) ocasiões, considerando as reuniões ordinárias e extraordinárias, (i) com diretores e colaboradores das várias unidades e áreas de negócios da Motiva; (ii) com a área de Auditoria Interna da Companhia, para discutir o funcionamento das respectivas áreas sob auditoria, eventuais deficiências e recomendações efetuadas para aprimoramento dos processos de trabalho dessas áreas, relativamente aos seus sistemas de controles internos, os planos de ação e seus respectivos desdobramentos; (iii) com os auditores independentes para conhecimento do escopo de trabalho, dos principais assuntos de auditoria, discussão dos relatórios emitidos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e as recomendações de controles internos efetuadas; (iv) com a área de Compliance, para acompanhamento dos trabalhos executados; (v) com a área de riscos e controles internos para análise e discussões relacionadas aos principais riscos identificados e das recomendações propostas para melhoria desses controles internos; e (vi) com outras áreas da Companhia, para discussão de temas específicos. Adicionalmente, os membros do CAC interagiram com os representantes das Unidades de Negócio da Companhia e visitaram a AutoBAn e Centro de Serviços Compartilhados.

Auditoria Interna:
O processo para elaboração do Plano de Auditoria Interna, proposto para o ano findo em 31 de dezembro de 2025, considera o mapeamento de temas prioritários da matriz de riscos corporativos, o planejamento estratégico, o universo auditável considerando a rotação de ênfase aprovada, o resultado dos trabalhos anteriormente executados, a identificação de principais riscos emergentes, além da avaliação e sinergia dos trabalhos realizados pelas áreas de Compliance, Controles Internos e Riscos, Segurança Corporativa e Resiliência Empresarial, bem como discussões mantidas com os executivos das áreas de negócio da Companhia.

O plano proposto foi analisado e debatido com os membros do CAC que recomendaram a sua aprovação ao Conselho de Administração que, após revisão e considerações efetuadas, aprovou em 27 de novembro de 2024.

Referido Plano foi substancialmente concluído durante o ano de 2025 e foi composto por projetos englobando processos relevantes, tais como: Gestão de Metas, Gestão do Contrato de Concessão, Planejamento da Operação, Reequilíbrio Econômico Financeiro, Gestão de Licenças, Gestão dos Processos de Meio Ambiente, Gestão de Projetos de Engenharia e Qualidade, Aquisição de Contratos de Terceiros, Gestão de Almoxarifado/Estoque, Cibersegurança para OT – "Operation Technology", Gestão de Segurança de Trabalho de Terceiros, Recalote Tarifárias para as Plataformas Rodovias e Trilhos, Gestão de Crises e Continuidade de Negócios da Linhas 8 e 9, Gestão Estratégica para ESG, Processamento da Folha de Pagamento.

O CAC revisou os assuntos relevantes classificados nesses relatórios com ênfase naqueles classificados como de risco muito alto e alto com a Auditoria Interna da Companhia que, como parte da execução de seus trabalhos, discutiu os resultados diretamente com os diretores e gestores das respectivas Plataformas de Negócio das entidades, assim como monitorou o andamento dos planos de ação elaborados para a correção das deficiências identificadas.

Compliance:
Foram apresentados e discutidos com o CAC os seguintes temas:
• Monitoramento periódico do atendimento de Compliance referente às políticas e práticas da Companhia
• Resultados dos testes transacionais efetuados, suas conclusões e recomendações para aprimoramento de controles internos e planos de ação decorrentes
• Indicadores em geral, bem como os relatos de maior relevância do Canal de Confidência da Motiva
• Análise das conclusões de principais investigações e as medidas de remediação propostas
• Cronograma de atividades, análise crítica e resultados de auditorias referentes a extensão e manutenção das Certificações da ABNT NBR ISO 37001:2017 (Sistema de Gestão Antissuborno) e da ABNT NBR ISO 37301:2021 (Sistema de Gestão de Compliance) com foco em ESG, para a Holding, CSC e Plataformas de Negócios da Motiva
• Programa de comunicação e monitoramento da evolução dos Pilares do Programa de Integridade da Motiva, incluindo:
• atualização de políticas
• riscos de suborno
• cronograma de comunicação e treinamentos

Jorge Roberto Manoel - Coordenador do Comitê

José Guimarães Monforte

São Paulo, 06 de fevereiro de 2026.

Eliane Aleixo Lustosa de Andrade

Eduardo Bunker Gentil

¹ Alteração da mudança de marca e da denominação social da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 23 de abril de 2025, que passou de "CCR S.A." para "MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A."

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Os acionistas, Conselheiros e Administradores da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas e somos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas, utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão - individuais e consolidadas
Veja as Notas 3.9 e 1.4 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria: A Companhia avaliou a existência de indicadores sobre a desvalorização dos ativos não financeiros em determinadas controladas, consideradas como componentes significativos. A Companhia estimou o valor recuperável com base no valor em uso ou valor justo menos custo de venda, dos dois o maior, das suas unidades geradoras de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados.
A determinação do valor em uso das UGCs, é baseada em fluxos de caixas esperados, descontados a valor presente com base em projeções econômico-financeiras, que leva em consideração o orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo o uso de premissas relacionadas à estimativa de produtividade dos projetos de metrô/ônibus foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de caixa de cada negócio, custos operacionais, inflação e taxas de desconto.
Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, utilizadas para estimar o valor recuperável das UGCs que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:
(i) Avaliação, com os especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas, utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são consistentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e
(ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa esperados na estimativa foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa do valor recuperável das UGCs; Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos - individuais e consolidadas
Veja as notas 3.14 e 9.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria: A Companhia e determinadas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de transações temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.
As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, aprovado na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo premissas relacionadas ao crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, taxas de inflação e volume de tráfego.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, para se estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:
(i) Avaliação, com os especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas nos fluxos de caixa esperados e/ou de mercado e avaliando se são consistentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e
(ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa dos lucros tributáveis futuros; Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos - Demonstrações de valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados

	Empréstimos e financiamentos	Debitores e notas comerciais	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos e juros sobre capital próprio	Participação dos acionistas não controladores	Operações com derivativos	Passivo de arrendamento	Ações em tesouraria	Total
Consolidado									
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(754.370)	(3.298.553)	154.220	-	-	-	-	-	(3.898.703)
Resultados das operações com derivativos e valor justo	(4)	(163.973)	-	-	-	(48.696)	(24.202)	-	(212.673)
Adições de contratos de arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.202)
Resultado do exercício de acionistas não controladores	-	-	-	(223.912)	-	-	-	-	(223.912)
Impostos sobre mútuo	-	-	-	(1.206.508)	107.679	-	-	-	(1.098.829)
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	-	-	(1.678)	(1.678)
Redução de capital	-	-	-	-	23.				